

EMPREENDEDORISMO E DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS

PRESIDENTE DA REPÚBLICA: Dilma Vana Rousseff
MINISTRO DA EDUCAÇÃO: Aloizio Mercadante

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA DA COORDENAÇÃO DE
APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES:
Jean Marc Georges Mutzig

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
UNICENTRO**

REITOR: Aldo Nelson Bona
VICE-REITOR: Osmar Ambrósio de Souza
DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Ademir Juracy Fanfa Ribas
VICE-DIRETOR DO CAMPUS SANTA CRUZ: Darlan Faccin Weide
PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPESP: Marcos Ventura Faria
COORDENADORA NEAD/UAB/UNICENTRO: Maria Aparecida Crissi Knüppel
COORDENADORA ADJUNTA NEAD/UAB/UNICENTRO: Jamile Santinello

SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DIRETOR: Carlos Alberto Marçal Gonzaga
VICE-DIRETORA: Elieti Fátima de Gouveia

CHEFIA DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO/IRATI

CHEFE: Laura Rinaldi de Quadros
VICE-CHEFE: Mauricio João Atamanczuk

**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
FORMAÇÃO EMPREENDEDORA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

COORDENADORA DO CURSO: Sérgio Luís Dias Doliveira
COORDENADORA DE TUTORIA: Monica Aparecida Bortolotti

COMITÊ EDITORIAL DO NEAD/UAB

Aldo Bona, Edelcio Stroparo, Edgar Gandra, Jamile Santinello, Klevi Mary Reali,
Margareth de Fátima Maciel, Maria Aparecida Crissi Knüppel,
Rafael Sebrian, Ruth Rieth Leonhardt.

CARLOS ALBERTO MARÇAL GONZAGA

EMPEENEDORISMO E DESAFIOS SOCIOAMBIENTAIS

REVISÃO ORTOGRÁFICA
Daniela Leonhardt
Maria Cleci Venturini
Soely Bettes

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO
Andressa Rickli
Espencer Ávila Gandra
Luiz Fernando Santos

CAPA
Espencer Ávila Gandra

GRÁFICA UNICENTRO
180 exemplares

Nota: O conteúdo da obra é de exclusiva responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE	13
EDUCAÇÃO E GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE	29
ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE O EMPREENDEDORISMO SOCIOAMBIENTAL	67

INTRODUÇÃO

Carlos Alberto Marçal Gonzaga

“Ao nível de normas culturais e percepções partilhadas, será necessário superar a ilusão de que o presente estado de coisas é justo, permanente e inevitável.”

BARRINGTON MOORE Jr.

De acordo com Peter Drucker (1986), o empreendedorismo consiste em transformar ideias em oportunidades de negócio, pela combinação de indivíduos e processos. Para o autor, a base do empreendedorismo está na inovação sistemática e constante, alcançada através de trabalho disciplinado. Não se trata de um fenômeno que ocorre naturalmente, trata-se do resultado de uma prática diária, criada, planejada e desenvolvida de acordo com quatro princípios fundamentais: inovação, mensuração de desempenho, aprendizado contínuo e estruturação organizacional.

QUADRO 0.1. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO EMPREENDEDORISMO, SEGUNDO
PETER DRUCKER.

I. Predisposição à inovação e identificação de oportunidades nos processos de mudança.
II. Mensuração sistemática do desempenho para controle do que foi planejado.
III. Predisposição ao aprendizado integrado para corrigir percursos.
IV. Organização estrutural adequada para alcançar os resultados.

FONTE: ADAPTADO DE DRUCKER (1986).

As transformações ocorridas no planeta e, conseqüentemente, nos ambientes de mercado, em geral, introduziram mudanças positivas e negativas para a realização de negócios. Os novos desafios para os empreendedores extrapolam os limites da economia e se expandem para a esfera da responsabilidade socioambiental. Configurou-se, portanto, um cenário globalizado de exigência por desenvolvimento sustentável, no qual os problemas econômicos, sociais e ambientais precisam ser tratados de maneira interdependente e interdisciplinar.

Colocam-se aos empreendedores e suas organizações alguns desafios essenciais pela sustentabilidade, conforme apresentado no Quadro 0.2.

QUADRO 0.2. DESAFIOS ESSENCIAIS AO EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL.

• respeito aos limites naturais dos ecossistemas terrestres em absorver a poluição para lhes garantir resiliência;
• disponibilização de recursos em quantidade e qualidade adequadas ao das gerações futuras;
• empenho pela redução das desigualdades sociais e da miséria;
• assimilação de novos conhecimentos e novas tecnologias de forma a definir estratégias adequadas à identidade histórico-cultural local.

FONTE: ADAPTADO DE DRUCKER, PETER F. INOVAÇÃO E ESPÍRITO EMPREENDEDOR. SÃO PAULO: PIONEIRA, 1986.

A exploração inadequada dos recursos naturais, ao longo da história humana, resultou em desequilíbrios ambientais que promovem impactos negativos nos ecossistemas dos quais dependem a saúde e a qualidade de vida dos seres vivos. Por isso se faz necessário uma revisão dos modelos de produção e consumo de bens pelos seres humanos, de tal modo que ocorram mudanças quantitativas e qualitativas.

Por outro lado, as assimetrias econômicas entre as nações e entre as diversas populações regionais, dentro de um mesmo país, influenciaram a formação das atuais instituições sociais, tanto em nível local quanto global. Dessa forma, os empreendimentos humanos, que somente podem existir

concomitantemente num ambiente natural e num ambiente cultural, são influenciados e influenciam as condições de existência dos ecossistemas, das relações sociais e das organizações políticas.

As novas configurações organizacionais e culturais, decorrentes da economia de mercado globalizada, criam demanda por políticas públicas e organizacionais capazes de dirimir os descompassos nos (des)níveis de desenvolvimento entre os países. Há evidências de que o mundo carece de regulações sociais e econômicas que dependem da apropriação social e disseminação democrática dos novos conhecimentos e tecnologias disponíveis, como meios estratégicos para o desenvolvimento sustentável em nível mundial.

Portanto, ao empreender, o empreendedor assume riscos e responsabilidades socioambientais diante dos desafios colocados às gerações que lhe são contemporâneas. Suas ações podem ser locais, mas seus efeitos repercutem em dimensão global. O empreendedorismo com responsabilidade socioambiental pressupõe a ideia de que seja possível gerar riquezas enquanto se mantém o controle dos impactos socioambientais negativos decorrentes da produção. Ao mesmo tempo, espera-se que as mudanças para tornar os processos produtivos mais sustentáveis, estimulem mudanças socioculturais que promovam hábitos de consumo sustentáveis (GONZAGA, 2005). Neste aspecto, empreendedorismo e educação apresentam uma interface interdisciplinar de múltiplas dimensões.

Uma dessas dimensões, para além dos aspectos sociais, políticos e econômicos, apresenta-se na defesa da necessidade em se optar por estratégias organizacionais que adotem uma ética ambiental. Em linhas gerais, isso consistiria na aceitação de um sistema de valores centrado no respeito à diversidade biológica, diversidade cultural e recursos da natureza, em todas as suas manifestações e formas (Ottman, 1994; Saunders e McGovern, 1997; Reinhardt, 1999; Callenbach et al., 1999). Considera-se desejável que tal conceito possa fundamentar as estratégias de sustentabilidade de todos os empreendimentos existentes e que venham a ser criados.

Apesar deste entendimento sobre a necessidade de uma ética ambiental, as decisões em prol da sustentabilidade socioambiental tendem a encontrar resistências nos processos de tomada de decisão empreendedora. As resistências se baseiam no princípio de que qualquer atividade empresarial tem o objetivo de criar valor no mercado que possa ser revertido em renda. No entanto, pode ser difícil de recuperar no mercado os valores investidos em benefícios socioambientais que superem o mínimo legalmente exigido (REINHARDT, 1999). Sob o prisma estritamente econômico, as ações em prol da sustentabilidade representam custos adicionais e entram no balanço dos riscos futuros. No entanto, ao se considerar as oportunidades de aumentar

o valor agregado da organização e seus processos, alguns gastos adicionais podem incrementar ativos intangíveis e valorizar a marca organizacional.

As organizações representam uma dimensão importante da vida social dos indivíduos. Os empreendimentos privados, em particular, desempenham atividades que geram renda, geram salários, produzem bens e serviços fundamentais, pagam impostos. No entanto, o modelo de produção e operação das organizações passou a ser crescentemente questionado na segunda metade do século XX. Diante dos questionamentos, da pressão social e das novas evidências de que a saúde do planeta encontrava-se em risco como resultado da excessiva exploração de seus recursos e do acelerado processo de poluição, forjou-se o conceito e a prática da Responsabilidade Social (RS). (WBCSD, 1992)

A prática da Responsabilidade Social é dependente da consciência sobre o conceito de Desenvolvimento Sustentável e disto depende a sustentabilidade não só do planeta, mas, antes de tudo, do próprio empreendimento (LEMOS, 2013). Tal prática resulta em benefícios tangíveis, como maior produtividade, e, também, intangíveis, na forma de menos conflito.

Este livro tem por objetivo introduzir o debate sobre a relação entre o empreendedorismo e a sustentabilidade. Ele foi elaborado como literatura introdutória auxiliar da disciplina “Sustentabilidade e seus desafios”, do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* “Especialização em Educação e Formação Empreendedora”: No primeiro Capítulo, apresenta-se a relação entre o empreendedorismo e a sustentabilidade. O segundo Capítulo discute-se a educação e o empreendedorismo sustentável. No terceiro Capítulo, o tema é o empreendedorismo e a responsabilidade socioambiental. Na conclusão, faz-se um breve ensaio sobre a necessidade de os empreendimentos contribuírem para a expansão das ações pró-sustentabilidade, para além do *compliance* normativo.

REFERÊNCIAS

CALLENBACH, Ernest et al. **Gerenciamento ecológico**: guia do Instituto Elmwood de auditoria ecológica e negócios sustentáveis. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

DRUCKER, Peter F. **Inovação e espírito empreendedor**. São Paulo: Pioneira, 1986.

GONZAGA, Carlos A. M. Marketing verde de produtos florestais: teoria e prática. *Floresta*, Curitiba, v.35, n.2, p.353-368, 2005. Disponível em: <http://ojs.c3sl>.

ufpr.br/ojs2/index.php/%20floresta/article/view/4623/3579. Acesso em: abr/2014.

LEMOS, Haroldo M. **Responsabilidade socioambiental**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

OTTMAN, Jacquelyn A. **Marketing verde: desafios e oportunidades para a nova era do marketing**. São Paulo: Makron, 1994.

REINHARDT, Forest L. **Down to earth: applying business principles to environmental management**. Boston: Harvard, 1999.

SAUNDERS, T.; McGOVERN, L. **The bottom line of green is black**. 10.ed. New York: HarperCollins, 1997.

WBCSD [WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT]. **Changing course: a global business perspective on development and the environment**. Cambridge, Ma: MIT, 1992.



EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE

Edinéia Lopes
Patrícia Guerez
Carlos A. M. Gonzaga

“Ensinar não é a transferência de conhecimento, mas dar possibilidade para a sua produção, não é apenas ensinar os conteúdos, mas ensinar a pensar certo”

Paulo Freire

SOBRE O CONCEITO DE EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo pode ser caracterizado como a realização de algo novo, que altera a situação presente no mercado. Empreender requer investimentos de esforço e tempo para assumir riscos de vários tipos: psíquicos, financeiros, e sociais. (DORNELAS, 2003 e 2008; HISRICH et al , 2009)

Não há um modelo padrão de empreendedor, há vários tipos. À guisa de elaborar uma tipologia de empreendedores, Dornelas (2007) classifica os empreendedores em sete tipos, conforme apresentado no Quadro 1.1.

QUADRO 1.1. TIPOS IDEAIS DE EMPREENDEDORES.

• Empreendedor nato: fundamenta-se na habilidade de negociação, habilidade em vendas, visão de futuro otimismo e comprometimento para realizar os próprios sonhos.
• Empreendedor que aprende: aquele que ao se deparar com uma oportunidade de negócio, decide aprender a gerir seu próprio empreendimento.
• Empreendedor serial: aquele para quem um único empreendimento não é suficiente e se dedica a implementar negócios.
• Empreendedor corporativo: aquele que atende as necessidades de inovação, renovação e criação de novos negócios em empresas estabelecidas no mercado, onde os riscos são assumidos com autonomia limitada.
• Empreendedor social: aquele que se propõe à missão de melhorar o mundo e criar oportunidades para os outros, com foco em resultados sociais.
• Empreendedor por necessidade: aquele que cria o próprio negócio, formal ou informal, por estar desempregado ou sem alternativa.
• Empreendedor como herdeiro: aquele que aprende a empreender para assumir empreendimento iniciado por gerações anteriores de algum familiar.

FONTE: ADAPTADO DE DORNELAS (2007).

No Brasil, de acordo com Dornelas (2008), os esforços em prol de uma mentalidade empreendedora passaram a se fortalecer a partir da criação de entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Sociedade Brasileira para Exportação de *Software* (SOFTEX), na década de 1990. Na visão de Previdelli e Sela (2006), o conceito de empreendedorismo teria se intensificado, no país, ao final do Século 20, devido à preocupação com a elevada taxa de encerramento de micro e pequenas empresas.

Para Razzolini Filho (2012), a expansão do empreendedorismo no Brasil foi decorrente das alterações estruturais no mundo do trabalho, isto é, as altas taxas de desemprego acarretaram a busca pela abertura de um negócio próprio como opção de trabalho e, conseqüentemente, a sobrevivência.

Dados apresentados pelo *Global Entrepreneurship Monitor* (GEM, 2014), resultantes de pesquisa anual efetuada em âmbito internacional, mostram que o empreendedorismo, no Brasil, evoluiu a ponto de ultrapassar os outros quatro países do bloco econômico denominado BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

O que caracteriza um empreendedor não é apenas a crença em novas ideias, ou o lançamento de novos produtos e serviços, pois o fundamental é a habilidade de fazer as coisas acontecerem, modificando a realidade do meio em que vive (DOLABELA, 2003). Isto inclui a responsabilidade socioambiental e o compromisso com iniciativas que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Embora vários sejam os tipos de empreendedores, a preocupação com a sustentabilidade e segundo os autores, essa junção é acionada à metodologia utilizada na busca de soluções para os problemas sociais, objeto das ações de empreendedorismo.

SUSTENTABILIDADE

Ao termo sustentabilidade atribuem-se vários conceitos, que dependem da natureza do enfoque considerado e da época em que foi forjado. Quando o foco é ambiental, a sustentabilidade está relacionada à manutenção dos ecossistemas. Quando o foco é organizacional, a sustentabilidade está relacionada à capacidade de preservar a lucratividade em níveis aceitáveis pelos *stakeholders*, conforme se priorize o curto ou o longo prazo. (RAUPP, 2010)

A partir da década de 60, começou um movimento mundial no sentido de se promover estratégias voltadas à conservação e preservação do meio ambiente, onde se firmou o entendimento de que a sustentabilidade é dinâmica, sendo uma consequência do progresso. (LIMA et al, 2011)

As primeiras manifestações de resistência e crítica à exploração excessiva dos recursos naturais e à produção de resíduos e desperdício ocorreram na década de 1950. A partir de 1960, com a explosão demográfica e a massificação do consumo de bens, cresceram as preocupações com a escassez dos recursos até então abundantes. Nesse período, inicia-se uma articulação mundial para promover estratégias voltadas à conservação e preservação do meio ambiente. (RIBEIRO NETO et al, 2008; LIMA et al, 2011)

A realização da Primeira Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, tornou-se um marco histórico institucional na busca pela sustentabilidade. O evento foi sediado na Cidade de Estocolmo, com a participação de 113 países, no qual se aprovou a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente. Tal documento refletia os debates entre os governantes a respeito dos problemas ambientais, incluindo a crise do petróleo de 1973, que estimulou a pesquisa e o desenvolvimento de fontes de energias renováveis.

Na década de 1980, as discussões acerca dos problemas ambientais se orientaram para a formulação de metodologias e acordos internacionais abrangendo os vários problemas globais. Nesse período, produziu-se um dos principais documentos históricos sobre os problemas ambientais, o Relatório Brundtland (ONU, 1987). No mesmo período, foi acordada a normatização do deslocamento internacional de resíduos, expresso na “Convenção de Basiléia

sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito”. Firmada em 1989, na Cidade de Basileia, Suíça, durante a Conferência de Plenipotenciários, no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), tal Convenção trata da concessão prévia e explícita de operações relativas à importação e exportação de resíduos perigosos, almejando prevenir o tráfico indesejado.

O Relatório Brundtland, mais conhecido pelo título de “Nosso Futuro Comum”, que foi elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da ONU, serviu de base para a preparação da Reunião de Cúpula da Terra sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Rio-92 (RIBEIRO NETO et al, 2008; CLARO et al, 2008; GONZAGA, 2012). Em sua formulação foi cunhado o conceito mais conhecido e citado para desenvolvimento sustentável: “[...] atender as necessidades do presente sem comprometer a habilidade de as futuras gerações atenderem suas próprias necessidades” (ONU, 1987). Ademais, o Relatório Brundtland também propõe uma série de requisitos para que se alcance a sustentabilidade, cuja síntese é apresentada no Quadro 1.2).

QUADRO 1.2. DESAFIOS ESSENCIAIS AO EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL.

a. Suprimento das necessidades básicas de todas as pessoas, com garantia de oportunidade para alcançar uma vida melhor.
b. Estabelecimento de nível de consumo suportável pelo meio ambiente.
c. Suprimento igualitário das aspirações dos indivíduos.
d. Compatibilização da evolução demográfica com o potencial produtivo dos ecossistemas.
e. Garantia de não degradação dos sistemas naturais que suportam a existência dos seres na Terra.
f. Garantia de acesso justo aos recursos ameaçados.
g. Uso dos recursos renováveis em conformidade aos parâmetros que possibilitam sua regeneração natural.
h. Uso eficiente dos recursos não renováveis.
i. Minimização dos danos sobre os recursos naturais, a fim de sustentar a integridade do sistema.

FONTE: ADAPTADO DO RELATÓRIO BRUNDTLAND (ONU, 1987).

De acordo com Almeida (2005) e Afonso (2006), quando se aborda a sustentabilidade de forma sistêmica, considera-se a quantidade de recursos naturais consumida por uma sociedade, num determinado período de tempo, pois isso define a quantidade de recursos que estará disponível para as gerações seguintes da mesma sociedade. Ou seja, empreender com sustentabilidade é gerir os recursos existentes no presente para que no futuro seja possível manter a capacidade de produção e de consumo em níveis compatíveis às necessidades

humanas, tanto qualitativa quanto quantitativamente. Isso significa buscar a qualidade dos sistemas ambientais e sociais, de modo a permitir a continuação da existência dos seres vivos e seus ecossistemas.

Contemporaneamente, trabalha-se o conceito de sustentabilidade em três bases: social, econômica e ambiental, referenciados como *the triple bottom line*. (SAUNDERS e MCGOVERN, 1997; CLARO et al, 2008)

Na década de 1990, desenvolve-se, nas práticas de administração empresarial, o conceito de qualidade total e a preocupação dos gestores com a racionalização no uso das matérias-primas originárias dos recursos naturais. (RIBEIRO NETO et al, 2008). No aperfeiçoamento desta prática, foram normatizadas as séries ISO-9000, sobre gestão da qualidade, e ISO-14000, sobre gestão ambiental. (GONZAGA, 2012)

GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

As empresas deveriam ser sustentáveis e contribuir para a solução dos problemas ambientais e sociais, ao mesmo tempo em que criam valor e geram renda, satisfazendo as necessidades e usando recursos de modo sustentável, afirma Barbieri (2007). Complementarmente, deveriam renovar tais recursos para garantir suas fontes produtivas no futuro.

Barbieri (2007) acredita que um dos principais fatores responsáveis pelo estado de degradação ambiental verificado no planeta é a crença religiosa predominante de que a natureza existe unicamente para usufruto da espécie humana. Outro fator é a cultura do consumismo e do lucro a qualquer custo, que leva as empresas a aumentarem incessantemente as escalas de produção, exacerbando a exploração dos recursos naturais e a quantidade de resíduos gerados.

Para minimizar os problemas ambientais e reduzir a velocidade da degradação ambiental e da produção de resíduos, Barbieri (2007) cita a existência de várias ferramentas de gestão que podem ser utilizadas pelos empreendedores em suas estratégias empresariais.

Tachizawa e Andrade (2008) explicam que as ações executadas pelas organizações, com o intuito da preservação ambiental, podem ser traduzidas na busca para alcançar o desenvolvimento sustentável, concomitantemente, com as metas de aumentar os excedentes.

As características que destacam um empreendimento sustentável dos demais são apontadas por Rocha et al (2005) como sendo as seguintes:

- a. desenvolvimento de benefícios sociais,
- b. satisfação das aspirações e necessidades humanas básica,
- c. atendimento às condições de sustentabilidade ambiental,
- d. cumprimento dos valores éticos,
- e. rentabilidade.

EDUCAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL

O ensino e a educação da cultura empreendedora no espaço escolar é uma grande tarefa que ajudará a construir a cultura do empreendedorismo sustentável, reforçando os valores sociais adequados para tal. Afirma Dolabela (2003) que para desenvolver a consciência sobre o empreendedorismo com sustentabilidade, é necessário reconhecer a importância da diversidade cultural e a indignação diante dos problemas socioambientais. Para isso, na estratégia de educação empreendedora, deve-se explicar sua racionalidade, entendimento e finalidade de tal processo, com foco no desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Parecer nº. 226/1987 do Conselho Federal de Educação (CFE), a Educação Ambiental deve integrar os conteúdos dos currículos escolares, tanto no ensino básico quanto no ensino médio (DIAS, 1994). Tal entendimento é guiado pela compreensão da importância em formar uma consciência pública voltada à sustentabilidade socioambiental, a partir das instituições de ensino. Tem-se o objetivo de levar a comunidade a compreender a relação entre os fenômenos ambientais e a qualidade de vida das pessoas. Nessa concepção, o sistema educacional deve ser considerado com uma importante responsabilidade de reestruturar o ensino sobre a relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Conforme afirma Dias (1994), o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de consciência crítica resultante da educação ambiental, envolve os aspectos sociais, econômicos, políticos, legais, ecológicos, éticos, culturais, político e científico.

Na Conferência Intergovernamental de Tbilisi, realizada em 1977, na Geórgia, ex república da União Soviética, foram discutidas as principais estratégias para a educação ambiental, em nível mundial. Recomendou-se que a educação ambiental seja orientada para a resolução de problemas por meio de enfoques interdisciplinares, com participação individual e coletiva das pessoas. Portanto, conforme afirmam Dias (1994) e Sulaiman (2011), torna-se necessário ao educador ambiental migrar de uma linguagem especializada

para uma linguagem não especializada, a fim de tornar acessível, ao maior número possível de pessoas, os conteúdos relevantes sobre o tema .

Nesse contexto, Dolabela (2003) propõe que o estudo sobre o aproveitamento das oportunidades para criar valor deve ser inclusa nessa nova linguagem da educação formal, da pré-escola à universidade, pois hoje o conhecimento empreendedor pode ser essencial quando se trata de inovação e sustentabilidade.

Esses novos conhecimentos devem ser repassados aos alunos e às comunidades, visando o saber em relação à sustentabilidade e novos modos de pensar. Surge, então, o empreendedor cívico, que promove o bem-estar da coletividade, que participa do seu mundo do modo mais amplo possível, fazendo transformações econômicas que visem à melhoria de vida, e constituindo novas profissões e trabalhos sustentáveis (DOLABELA, 2003).

De acordo com Sulaiman (2011), a sociedade tem demonstrado uma tendência de partilhar o saber científico, que se reflete na melhoria da qualidade de vida, do ambiente e da saúde, com implicações favoráveis à sustentabilidade. Relativo a isso, o papel da escola, portanto, seria o de seu público informado e atualizado sobre as inovações tecnológicas aplicadas à produção de bens e utilização dos recursos naturais.

À realização de tal objetivo, é preciso considerar as condições e estágios de cada país, região e comunidade, com o intuito de utilizar racionalmente os recursos na satisfação material, espiritual da sociedade no presente e no futuro (DIAS, 1994). O corpo de educadores precisa ser estimulado a reconhecer a importância do tema, discutindo novas metodologias e incentivando os alunos em relação ao consumo sustentável, de forma interdisciplinar (LIMA et al, 2011).

A partir de mudanças culturais e reestruturação didática, a escola terá condições de assimilar informações de valores baseados no interesse da comunidade, em prol da qualidade de vida e da sustentabilidade. Dessa forma, reunirá condições de educar estudantes com a visão para implantar futuros empreendimentos voltados à inovação sustentável.

Algumas práticas didáticas a serem desenvolvidas dentro da sala de aula são citadas por Dolabela (2003), tais como a adoção de estratégias que representem a realidade abordada, com uso de recursos teatrais, jornalismo, biografias, e outros. Recomenda, também, convidar empreendedores da comunidade para narrar a sua vivência, com foco na formação de processos empresariais para o desenvolvimento sustentável, cooperação e coletivismo. A identificação do nível de compreensão e dos processos motivacionais dos alunos, em suas diversas fases, precisa ser bem sucedida, para se obter avanços no desenvolvimento de projetos. Tal método é recomendado da pré-escola

ao ensino médio, abrindo portas para a exploração de novas possibilidades. (DOLABELA, 2003)

De acordo com Dias (1994), a inclusão de projetos sociais, voltados para a educação ambiental, com ações voltadas ao comprometimento pessoal, requer uma reestruturação do processo educativo, envolvendo o conteúdo, a metodologia, a organização da instituição e a formação pessoal a ser repassado aos alunos.

A Pedagogia Empreendedora, proposta por Dolabela (2003), toma a escola como referência de comunidade, considerando-a como um local privilegiado do aprendizado que constrói o futuro, com a participação da comunidade dentro da sala de aula. Os processos de desenvolvimento da Pedagogia Empreendedora são entendidos como instrumentos de aprendizado na formulação das próprias metas e objetivos comunitários.

OS NOVOS PARADIGMAS DE SUSTENTABILIDADE E SEUS DESAFIOS

Conforme afirma Dolabela (2003), o desenvolvimento econômico das empresas não é suficiente se não é sustentável. O desenvolvimento sustentável está relacionado aos fatores humanos, sociais, empresariais e naturais das organizações.

- Capital Humano: capacidade de gerar e transformar conhecimento em riqueza e desenvolvimento das potencialidades humanas.
- Capital Social: capacidade da comunidade se organizar para a solução de problemas comunitários e construção de prosperidade social e econômica, por meio dos laços de solidariedade e trabalho em prol do desenvolvimento local.
- Capital Empresarial: capacidade de organizar-se para a produção de bens e serviços e geração de valor para seus stakeholders.
- Capital Natural: condições ambientais e físico-territoriais, referentes aos recursos naturais que contribuam para a geração de valor por meio do trabalho.

Melo Neto e Froes (2002) destacam que é preciso realizar uma ação transformadora das relações entre comunidade, governo e setor privado, conforme mostrado no Quadro 1.3.

QUADRO 1.3- NOVO PARADIGMA DE RELAÇÕES COMUNIDADE-GOVERNO-EMPRESAS

1. Ações transformadoras são desenvolvidas por uma rede de empreendedores sociais.
2. A comunidade atua como protagonista das ações transformadoras.
3. O foco das ações transformadoras são as comunidades menos privilegiadas.
4. Há geração de “fórmulas de empoderamento”.
5. Busca de novos caminhos no combate à pobreza e à degradação humana e ambiental.
6. Ações transformadoras objetivam a promoção da equidade social, cultural, econômica e ambiental.
7. São utilizados os conceitos de empreendedorismo social e de “desenvolvimento sustentável”.

FONTE: MELO NETO, FRANCISCO P.; FROES, CEZAR. *EMPREENDEDORISMO SOCIAL: A TRANSIÇÃO PARA A SOCIEDADE SUSTENTÁVEL*. RIO DE JANEIRO: QUALITYMARK, 2002, p. 16.

Outro fenômeno importante, no cenário, conforme apontado por Melo Neto e Froes (2002), é o surgimento de novas Tecnologias Sociais (TS), tais como:

- Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável,
- Empreendimento Social,
- Empreendimento Político,
- Empreendedorismo Cívico,
- Clube de Troca,
- Complexo Cooperativo,
- Movimentos Sociais,
- Programas de Auto Emprego,
- Grupos de Produção Associada,
- Redes de Crédito Solidário,
- Empresas Autogestionárias,
- Associações Autogestionárias,
- Associações das Cooperativas,
- Redes de Socioeconomia Autogestionária e Solidária,
- Polos de Socioeconomia Solidária,
- Projetos de Economia de Comunhão,
- Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares,
- Banco do Povo etc..

De modo geral, as TS's envolvem projetos de redes e inter-redes, modelos de empreendedorismo, projetos e programas sociais, empreendimentos sociais, grupos de pequenos produtores, fóruns, agendas, polos, núcleos e instituições de fomento, associações e sistemas cooperativos.

De acordo com Drayton, citado por Melo Neto e Froes (2002), qualquer sociedade deve cumprir metas empresariais e metas sociais. As metas empresariais compreendem a criação de empreendimentos, a formação de profissionais liberais e consultores, a geração de renda, a produção de bens para satisfação dos consumidores etc. As metas sociais compreendem a linha de trabalho relacionada à sustentabilidade, cooperação, cidadania corporativa, filantropia, marketing social etc. Os autores ressaltam que a ideia do empreendedorismo social evoluiu a partir da necessidade de se integrar as necessidades empresariais com os benefícios que propiciem bem-estar na comunidade.

Dentre os desafios para a sustentabilidade, Melo Neto e Froes, (2002) apontam as transformações das dimensões política e cultural, responsáveis por propiciar a mudança de mentalidade para impulsionar modificações e melhorias nas demais dimensões. As dificuldades da mudança cultural envolvem a baixa relevância da empatia, da ética, e da responsabilidade compartilhada nas atitudes, nos valores e na visão do mundo que compõem a cultura existente na sociedade. Na dimensão política, existe a baixa participação do sistema político partidário, com partidos fracos em conteúdo programáticos e políticos que não atuam como catalisadores das demandas sociais.

Outros desafios que se apresentam para a conquista da sustentabilidade são:

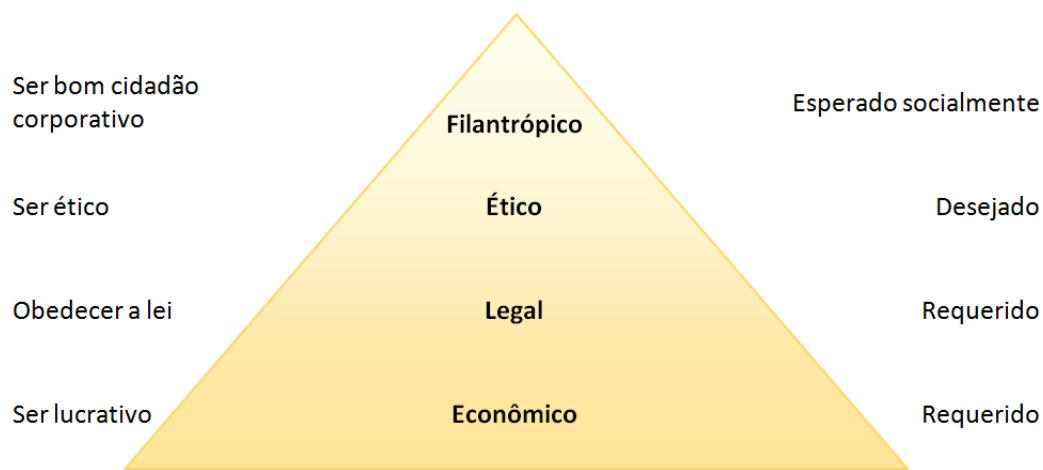
- impacto no equilíbrio dos ecossistemas e na provisão de serviços ambientais,
- demanda e oferta por energia,
- mitigação das mudanças climáticas,
- migrações,
- saúde pública,
- habitação,
- desigualdade de renda,
- discriminação e desigualdade racial,
- corrupção,
- violência,
- empregabilidades,
- influência do marketing e da mídia,
- padrões de produção e consumo,
- concorrência desleal,
- governança corporativa orientada para a sustentabilidade,
- qualidade da educação básica etc.

BREVE HISTÓRIA E TENDÊNCIAS DOS MODELOS DE SUSTENTABILIDADE

De acordo com Vilela Júnior e Demajorovic (2006), na década de 1970, formularam-se os primeiros modelos de gestão ambiental, expressos em manuais de procedimentos que pudessem ser aplicados a unidades fabris poluidoras ao redor do mundo. A implantação desses modelos normativos de gestão ambiental passou a ser monitorada por auditorias ambientais corporativas. O princípio norteador desses modelos passou a ser o de prevenção da poluição, que pode ser alcançado por iniciativas de redução do uso de matérias-primas, educação e treinamento ambiental, definição sobre os requisitos de fornecedores e prestadores de serviços etc.

Um modelo conceitual mais amplo, considerando quatro categorias de domínios da responsabilidade social, foi proposto por Carroll, em 1979. Em seu modelo, Carrol enfatiza que as corporações devem executar ações que alcancem objetivos transcendententes à geração de lucros e obediência compulsória à legislação. Tal modelo de Responsabilidade Social Corporativa, preconizando a relevância e interdependência de quatro domínios (econômico, legal, ético e filantrópico), tornou-se referencial em pesquisas e práticas sobre responsabilidade social nas décadas seguintes. Em 1991, Carrol apresentou seu modelo na forma de diagrama piramidal, conforme pode ser observado na Figura 1.1. (CARROLL, 1991)

FIGURA 1.1. PIRÂMIDE DOS 4 DOMÍNIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA



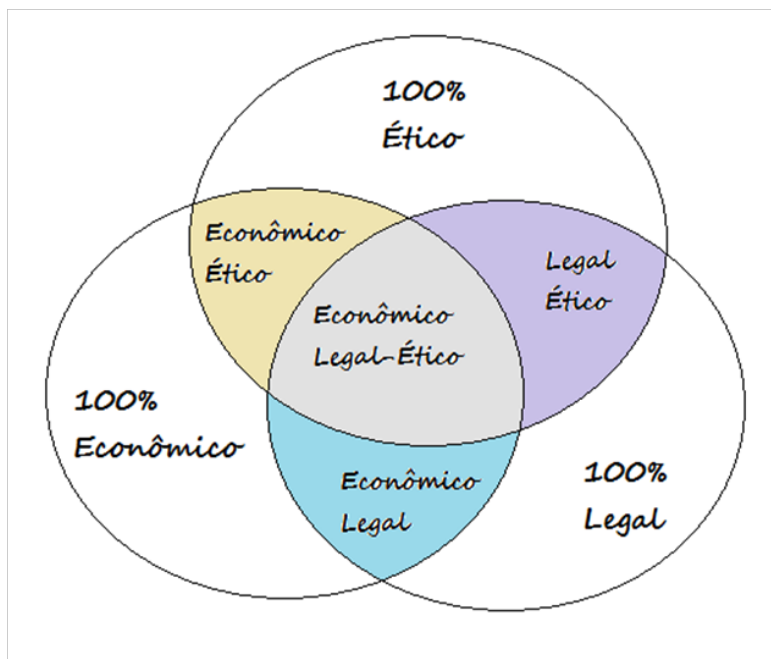
FONTE: CARROLL, ARCHIE B., THE PYRAMID OF CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: TOWARD THE MORAL MANAGEMENT OF ORGANIZATIONAL STAKEHOLDERS, *BUSINESS HORIZONS*, v.34, n.4, p.43, 1991.

Na análise de Carrol, haveria uma expectativa social e uma tendência de que as corporações se pautariam, cada vez, pela adoção de princípios éticos e morais, o que levaria a ações desejáveis em prol do bem comum, como a filantropia.

No entanto, diante das críticas ao modelo piramidal utilizado, que poderia, erroneamente, levar à conclusão de que a filantropia seria considerada um domínio superior aos demais, Carrol revisou seu modelo, compondo-o apenas com os três domínios obrigatórios na atuação das organizações, econômico, legal e ético (SCHWARTZ e CARROLL, 2003). A metáfora da pirâmide também foi abandonada. A exclusão do domínio filantropia foi justificada por constituir-se como um componente que, além de não ser obrigatório para as organizações, muitas vezes, as ações filantrópicas são indistinguíveis das ações éticas e, utilitariamente, decididas por razões estrategicamente econômicas.

O modelo de três categorias de domínio, então, foi apresentado por Schwartz e Carrol (2003), esquematizado na forma de um Diagrama de Venn, conforme Figura 2.

FIGURA 1.2. MODELO DOS 3 DOMÍNIOS DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA



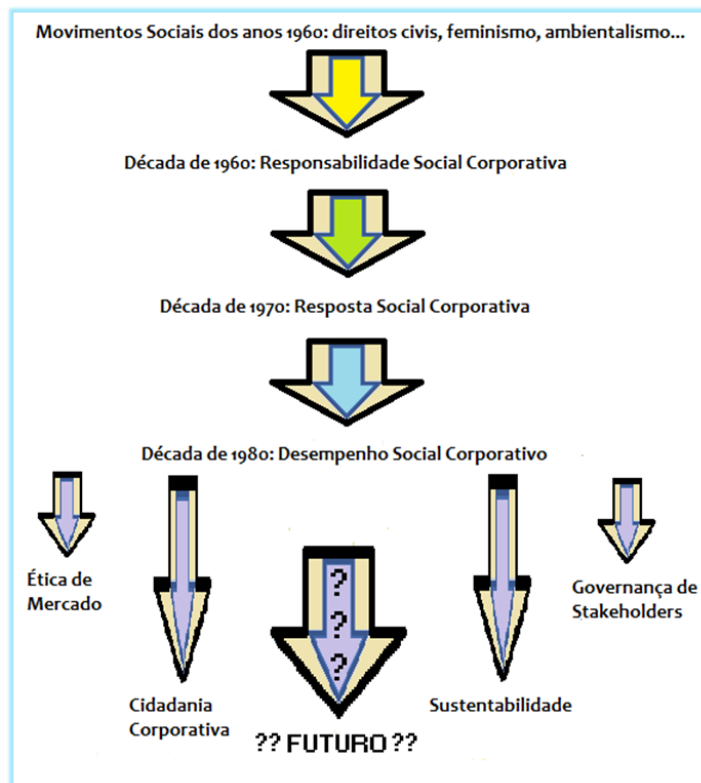
FONTE: SCHWARTZ, MARK S.; CARROLL, ARCHIE B. CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: A THREE-DOMAIN APPROACH. 2003. *BUSINESS ETHICS QUARTERLY*, v.13, n.4., p.509, 2003.

Mais recentemente, em uma análise retrospectiva dos últimos cinquenta anos de história, Carrol (2015) identifica uma tentativa de mudança na denominação da “Responsabilidade (*Responsibility*) Social

Corporativa” (cunhada nos anos 1960, nos Estados Unidos), que evoluiu para a denominação de “Responsividade (*Responsiveness*) Social Corporativa” (nos anos 1970) e, posteriormente, para “Desempenho (*Performance*) Social Corporativa” (nos anos 1980). Justificam-se essas tentativas, pelo esforço de executivos empresariais em buscar expressões consideradas mais adequadas à racionalidade mercadológica dos *shareholders* das grandes corporações. A partir dos anos 1980, verificou-se uma diversificação de conceitos, que apresentam similaridades e complementaridades à Responsabilidade Social Corporativa. Alguns desses conceitos consolidaram-se e passaram a integrar o jargão recente na prática da administração organizacional: Ética de Negócios, Governança de *Stakeholders*, Cidadania Corporativa e Sustentabilidade. De uma forma mais abrangente. Tal evolução é representada na Figura 1.3.

Dentre as preocupações de Carrol (2003), está o desafio de educar os empreendedores e dirigentes empresariais para que desenvolvam a capacidade analítica em relação aos domínios da Responsabilidade Social Corporativa e para o comportamento ético. Para isso, sugere que este aprendizado seja conduzido por meio de estudos de caso, em que os aprendizes sejam solicitados a opinar sobre decisões tomadas por empresas, em casos divulgados pela mídia.

FIGURA 1.3. EVOLUÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA



FONTE: CARROLL, ARCHIE B. CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: THE CENTERPIECE OF COMPETING AND COMPLEMENTARY FRAMEWORKS. *ORGANIZATIONAL DYNAMICS*, N.44, P.87-96, 2015.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Cintia M. **Sustentabilidade**: caminho ou utopia? São Paulo: Annablume, 2006.

ALMEIDA, Fernando (Org.). **Desenvolvimento sustentável, 2012-2015**: visão, rumos e contradições. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

BARBIERI, José C.. **Gestão ambiental empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARROLL, Archie B., The Pyramid of Corporate Social Responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders, **Business Horizons**, v.34, n.4, p.39-48, 1991.

_____. Corporate social responsibility: the centerpiece of competing and complementary frameworks. **OrganizationalDynamics**, n.44, p.87-96, 2015.

CLARO, Priscila B. O.; CLARO, Danny P.; AMÂNCIO, Robson. Entendendo o conceito de sustentabilidade nas organizações. In.: **Revista de Administração**, São Paulo, v.43, n.4, p.289-300, out-dez/2008. Disponível em: <http://www.rausp.usp.br/download.asp?file=v4304289.pdf>. Acesso em: 16/março/2014.

DIAS, Genebaldo F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. São Paulo: Gaia, 1994.

DOLABELA, Fernando. **Pedagogia empreendedora**: o ensino de empreendedorismo na educação básica voltado para o desenvolvimento social sustentável. São Paulo: Cultura, 2003.

DORNELAS, José C. A. **Empreendedorismo corporativo**: como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

_____. **Empreendedorismo na prática**: mitos e verdades do empreendedor de sucesso. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

_____. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GEM [GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR]. Empreendedorismo no Brasil: **Relatório Executivo 2013**. Curitiba: GEM, 2014. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/Atendimento/bibliotecadigital/documento/Cartilha-Manual-ou-Livro/Pesquisa-GEM-2013---Relatorio-executivo>. <<http://www.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-pesquisas/temas-estrategicos/>

empreendedorismo/relatorio-executivo-gem-2013.pdf>. Acesso em: 16 de março de 2014.

GONZAGA, Carlos A. M. **Gestão ambiental**: uma introdução. Guarapuava: Unicentro, 2012. (e-book)

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreendedorismo**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

VILELA JÚNIOR, Alcir; DEMAJOROVIC, Jacques. **Modelos e ferramentas de gestão ambiental**: desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Senac, 2006.

LIMA, Andréa K. T.; JÁCOME, Aldarosa C.; PEDROSA, Fábio J. A.. Educação ambiental e reciclagem: uma abordagem ao programa de reciclagem “não vai pelo ralo” da EMLUR de João Pessoa, Paraíba. In: SEABRA, Giovani; MENDONÇA, Ivo. **Educação ambiental**: responsabilidade para a conservação da sociobiodiversidade. João Pessoa: UFPB, 2011. (v.4).

MELO NETO, Francisco P.; FROES, Cezar. **Empreendedorismo social**: a transição para a sociedade sustentável. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

ONU [Organização das Nações Unidas]. **Report of the World Commission on Environment and Development**: Our Common Future (Brundtland Report). New York: United Nations, 1987. (Annex to document A/42/427 - Development and International Co-operation: Environment). Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>.

PREVIDELLI, José J.; SELA, Vilma M. (Org.). **Empreendedorismo e educação empreendedora**. Maringá: Unicorpore, 2006.

RAUPP, Waldir. **Trajetória humana e sustentabilidade**. Porto Alegre: Letral, 2010.

RAZZOLINI Filho, Edelvino. **Administração da pequena e média empresa**. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

RIBEIRO NETO, João B. M.; TAVARES, José C.; HOFFMAN, Silva C.. **Sistemas de gestão integrados**: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho. São Paulo: SENAC, 2008.

ROCHA, Marcelo T.; DORRESTEIJN, Hans; GONTIJO, Maria José (Org.). **Empreendedorismo em negócios sustentáveis**: plano de negócios como ferramenta do desenvolvimento. São Paulo: Peirópolis; Brasília: IEB, 2005.

SAUNDERS, T.; MCGOVERN, L. **The bottom line of green is black**. 10. ed. New York: HarperCollins, 1997.

SCHWARTZ, Mark S.; CARROLL, Archie B. Corporate Social Responsibility: a three-domain approach. 2003. **Business Ethics Quarterly**, v.13, n.4, p.503-530, 2003.

SULAIMAN, Samia N.. **Educação ambiental, sustentabilidade e ciência: o papel da mídia na difusão de conhecimentos científicos.** *Ciência & Educação*, Bauru, v.17, n.3, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy; ANDRADE, Rui O. B. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.



EDUCAÇÃO E GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Keyla Cristina Pereira Prado
Carlos Alberto Marçal Gonzaga

O tipo de esperança sobre a qual penso frequentemente, compreendo-a acima de tudo como um estado da mente, não um estado do mundo. Ou nós temos a esperança dentro de nós ou não temos; ela é uma dimensão da alma, e não depende essencialmente de uma determinada observação do mundo ou de uma avaliação da situação... [A esperança] não é a convicção de que as coisas vão dar certo, mas a certeza de que as coisas têm sentido, como quer que venham a terminar.

VÁCLAV HAVEL

INTRODUÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O termo Desenvolvimento Sustentável vem sendo discutido por vários autores na tentativa de conceituá-lo, de defini-lo, pois a definição que tem sido adotada pelas organizações mundiais de meio ambiente apresenta ambiguidades, inconsistências e contradições.

Os diversos segmentos sociais manifestam suas posições a respeito das ideias que têm sobre o Desenvolvimento Sustentável. O caminhar rumo a uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, pois ainda é embasado em uma restrita consciência da sociedade ao respeito das implicações do modelo de desenvolvimento.

As atividades ecologicamente predatórias, adotadas pela nação no presente contexto, podem ser atribuídas às instituições sociais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade. Desse modo, há uma urgência em estimular uma participação mais ativa da sociedade, a fim de promover uma conscientização dos impactos que seus atos do presente reverberam no porvir da sociedade do futuro.

O modelo de produção introduzido pela Revolução Industrial, baseado no uso intensivo de energia fóssil, e na exploração irresponsável e exacerbada dos recursos naturais e no uso do ar, água e solo como depósito de dejetos, pode ser apontado como a principal causa da degradação ambiental atual (ESPINOSA, 1993).

Os problemas ambientais existiam mesmo antes da Revolução Industrial, mas é inegável que os impactos da ação dos seres humanos ampliaram violentamente com o desenvolvimento tecnológico e com o aumento da população mundial provocados por essa Revolução.

A complexidade do processo de transformação de uma sociedade crescente, não só ameaçada, mas diretamente afetada por riscos e agravos socioambientais, está atrelada à sua expansão. De forma reflexiva, existe a necessidade urgente de estabelecer elos com a complexa temática das relações entre meio ambiente e educação, a partir de parâmetros presentes nas práticas sociais centradas na “educação para a sustentabilidade”.

Na conjuntura ambiental, marcada pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, a problemática envolve um conjunto de atores do universo educativo em todos os níveis, com o propósito do engajamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a comunidade universitária numa perspectiva interdisciplinar.

HISTÓRICO DA SUSTENTABILIDADE

A revisão crítica da literatura atual sobre o tema Sustentabilidade aponta para algumas questões básicas a serem melhor debatidas no sentido de superar essas ambiguidades e deficiências e dar um conteúdo mais preciso ao termo.

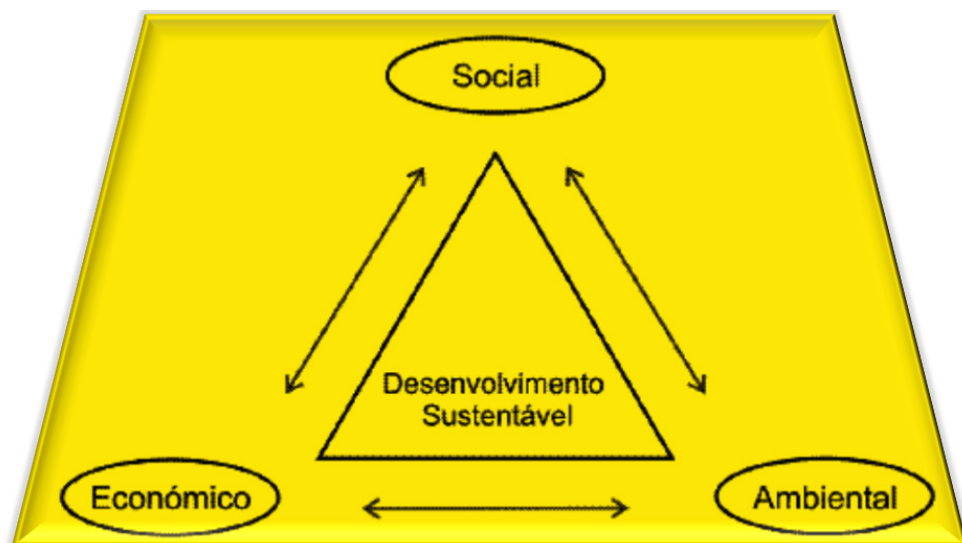
Essas questões dizem respeito à discussão sobre as causas da pobreza e da degradação ambiental; à insuficiência das estratégias do desenvolvimento econômico para resolvê-las; à pertinência das perguntas acerca do que deve ser sustentado, por que e para quem; às consequências da imprecisão.

[...] o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como saúde e educação, como também segurança, liberdade, habitação e cultura”. (SEN, 1999)

No início da década de 1990, após a publicação do Relatório Brundtland (ONU, 1987) e da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, em 1992, Elkington (1994), cunhou o termo “*triple botton line*”, referindo-se ao tripé básico do que se passou a conceituar como Desenvolvimento Sustentável:

- Desenvolvimento econômico;
- Proteção ambiental e
- Inclusão social (Figura 2.1)

FIGURA 2.1. O TRIPLE BOTTON LINE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Como se procurou representar na Figura 2.1, o Desenvolvimento Sustentável depende do equilíbrio dinâmico entre os três pilares básicos, econômico-social-ambiental. O desenvolvimento econômico refere-se à geração de riqueza, a proteção ambiental diz respeito aos impactos sobre os ecossistemas naturais, e a inclusão social aborda as questões relacionadas à distribuição de renda, saúde e oportunidades disponibilizadas às populações das nações.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável surgiu a partir do termo ecodesenvolvimento, apresentado na Conferência de Estocolmo, em 1972. A palavra ecodesenvolvimento é usada para descrever um desenvolvimento ecológico resultante da gestão positiva do ambiente, para benefício humano e da natureza (GILPIN, 1997).

Segundo o *Dictionary of Environment and Sustainable Development* (GILPIN, 1997), o desenvolvimento sustentável é um desenvolvimento que propicia um benefício econômico, social e ambiental a longo prazo, tendo em conta as necessidades atuais e das gerações futuras, para o qual as seguintes condições precisam estar atendidas:

- maior ênfase na conservação dos recursos naturais e dos sistemas de base sobre os quais todo o desenvolvimento depende;
- maior consideração à equidade social no contexto nacional e internacional, com particular atenção nos países mais pobres.

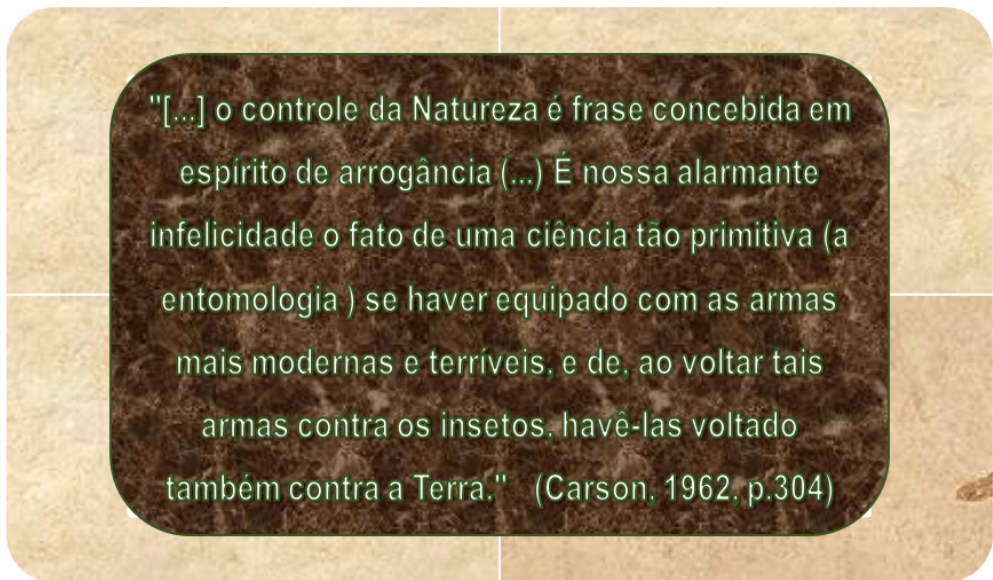
PRIMEIRAS EVIDÊNCIAS DA CRISE AMBIENTAL: DA DÉCADA DE 1950 À DÉCADA DE 1980

Na década de 1950, observaram-se os primeiros sinais da crise ambiental. Em 1952, o *smog*, poluição atmosférica de origem industrial, provocou muitas mortes em Londres (CZAPSKI, 1998). A cidade de Nova York viveu o mesmo problema no período de 1952 a 1960. Em 1953, a cidade japonesa de Minamata enfrentou o problema da poluição industrial por mercúrio e milhares de pessoas foram intoxicadas. Alguns anos depois, a poluição por mercúrio ocorreu novamente, desta vez na cidade de Niigata, também no Japão (CZAPSKI, 1998). No seu período inicial, ou seja, na década de 1950, de acordo com Ribeiro Neto, Tavares e Hoffman (2008), o problema das contaminações caracterizava-se pelo uso dos recursos naturais sem a preocupação com a preservação e pelo manejo de resíduos na forma de diluir e dispersar.

O livro “Primavera Silenciosa” (*Silent Spring*), de Raquel Carson (1962), foi a primeira crítica mundialmente conhecida dos efeitos ecológicos da utilização generalizada de insumos químicos e do despejo de dejetos industriais no ambiente. Além disso, a partir de 1960, com o crescimento populacional acelerado do período pós-segunda guerra mundial e, conseqüentemente, aumento da demanda por bens de consumo, surge a preocupação com a escassez dos recursos naturais até então abundantes.

Nos anos de 1960 e 1970, delineou-se a consistência dos debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente como tema de primeira grandeza no cenário das relações internacionais.

FIGURA 2.2. TRECHO DO LIVRO “PRIMAVERA SILENCIOSA” (1962), DE RAQUEL CARSON



Na década de 1970, inicia-se um processo de tomada de consciência de que: poluição atmosférica, chuva ácida, poluição dos oceanos e desertificação são problemas universais. Os conceitos de “progresso” e “crescimento econômico” passam a ser questionados. Salientam-se as várias iniciativas que são consideradas como o marco inicial pela busca da sustentabilidade. Conforme explanam Ribeiro Neto, Tavares e Hoffman (2008), as críticas ao modelo de produção se acentuaram, incluindo a questão do crescimento das desigualdades socioeconômicas -, erosão de solos, eutrofização da água pelo despejo de nutrientes nos cursos d’água, aumento no número de pragas e doenças, destruição de diversos tipos de habitat natural, erosão geológica, acúmulo de lixo e aumento da instabilidade econômica e social nas comunidades tradicionais. Algumas correntes de pensamento afirmavam que o “crescimento econômico” e os “padrões de consumo” (nos níveis da época) não eram compatíveis com os “recursos naturais existentes”. Manifestando a ideia central de que os seres humanos estavam destruindo o meio ambiente, exterminando espécies vegetais e animais e colocando sua própria espécie em risco de extinção. Algumas dessas correntes procuravam maneiras e meios de sensibilizar a opinião pública sobre a urgência da discussão acerca dos custos ambientais e sociais do desenvolvimento. Havia, sobretudo, a urgência de desenvolverem novas bases para o crescimento econômico, compatíveis com a preservação dos recursos naturais existentes. Nesse processo dinâmico de discussão, já se percebe surgir um esboço dos termos “Sustentabilidade e

Desenvolvimento Sustentável”, que daria o respaldo teórico para a proposição de um novo modo de desenvolvimento econômico.

No ano de 1972, a Organização das Nações Unidas realizou, em Estocolmo, a Primeira Conferência sobre o Meio Ambiente Humano (CMUMAH), a qual contou com a participação de 113 países. Nessa Conferência foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Dessa Conferência resultou um documento denominado Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (ONU, 1972), que buscava sintetizar os debates entre os governantes sobre os problemas ambientais, no qual se afirma que:

“[...] 6. (...) A defesa e o melhoramento do meio ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantém as metas fundamentais já estabelecidas, da paz e do desenvolvimento econômico e social em todo o mundo, e em conformidade com elas.”

Além disso, a Declaração de Estocolmo reforça a necessidade de que todos, organizações e cidadãos, de todos os níveis e nações, participem equitativamente do esforço de alcançar tais metas fundamentais. Não obstante, há o reconhecimento de que “[...] 7. (...) as administrações locais e nacionais, e suas respectivas jurisdições são as responsáveis pela maior parte do estabelecimento de normas e aplicações de medidas em grande escala sobre o meio ambiente” (ONU, 1972).

Em 1972, o Clube de Roma propôs o congelamento do crescimento da população mundial e do crescimento econômico, com base em resultado de pesquisa encomendada a cientistas do *Massachusetts Institut of Technology* (MIT). Os estudos, no qual se utilizaram modelos matemáticos, foram coordenados por Dennis Meadows e seus resultados foram publicados com o título “*The limits to growth*” (Limites para o crescimento), mais conhecido como “Relatório Meadows”. O Relatório, com base na análise das cinco principais tendências mundiais (industrialização acelerada, crescimento populacional, fome generalizada, depleção dos recursos naturais não renováveis, deterioração do meio ambiente), fazia uma previsão pessimista do futuro da humanidade, caso as bases do modelo de gestão econômica, produção de bens e consumo não fossem modificadas (MEADOWS, 1972). Permeia o relatório, a convicção de que, devido à complexidade e inter-relacionamento dos problemas da humanidade, as instituições e políticas convencionais não reúnem condições para lidar com eles adequadamente, mas que, no entanto, existe possibilidade de mudar as tendências dominantes e estabelecer condições de estabilidade econômica e ecológica. O Relatório Meadows representa um alerta para se evitar as situações de impactos ambientais irreversíveis que possam promover o colapso da vida no planeta Terra.

Contribuiu para a ampliação da discussão sobre os problemas ambientais, a crise do petróleo em 1973, que promoveu o início da procura por fontes alternativas de energias, marcadamente provenientes de recursos renováveis.

No ano de 1977, ocorreu um dos eventos mais importantes para a Educação Ambiental em nível mundial, a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, em Tbilisi, localizada na República da Geórgia, que à época integrava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Nesse encontro foram definidos objetivos, princípios e estratégias para a Educação Ambiental, em nível mundial. De acordo com Czapski (1998), embora mais de 30 anos tenham passado, as definições dessa Conferência continuam atuais, sendo adotadas por governos, administradores, políticos e educadores em todo o mundo.

O primeiro acordo internacional, relacionado a aspectos climáticos, a Convenção sobre a Poluição do Ar Transfronteiriça de Longo Alcance, foi assinado em 1979.

Em 1987, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento das Nações Unidas, publicou o Relatório sobre os problemas do desenvolvimento e do meio ambiente. Tal documento, que ficou conhecido como Relatório Brundtland, , apresentava possíveis soluções para resolver os problemas apontados. (RIBEIRO NETO, TAVARES E HOFFMAN, 2008)

Em 1987, também, realizou-se a Convenção de Basiléia, para discutir as normas internacionais relativas ao deslocamento de resíduos com periculosidade entre as fronteiras.

Na década de 1980, em um panorama econômico conturbado com aprofundamento da crise econômica e ampliação da disparidade entre os países em desenvolvimento e os desenvolvidos, desencadearam-se discussões e formulações de metodologias à procura de um acordo internacional sobre a crise ambiental (RIBEIRO NETO, TAVARES e HOFFMAN, 2008). Tornara-se evidente que os problemas ambientais estão correlacionados às questões econômicas, políticas e sociais. Assim, a crise ambiental passa a ser percebida como uma crise global. Contribuíram para esta percepção a ocorrência de duas grandes tragédias ambientais que abalaram o mundo. Em dezembro de 1984, mais de duas mil pessoas morreram envenenadas na Índia pelo vazamento de gás da empresa *Union Carbide*. Em abril de 1986, em Chernobyl, Ucrânia, um acidente com um reator nuclear provocou a contaminação e morte de milhares de pessoas.

Em 1985, realizou-se a Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio. Em 1987, foi assinado o Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, no qual foram estabelecidas,

por país, quotas de redução na produção e no consumo de tais substâncias (gás CFC, brometo de metila, halon e CTC). Para Implementação do Protocolo de Montreal, em 1990, foi instituído o Fundo Multilateral (FML), que é abastecido por países desenvolvidos (PNUD, 2011).

Em 1987, foi apresentado, à Plenária da 42ª Assembleia Geral da ONU, o Relatório, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como Relatório Brundtlandt, em referência à chanceler Gro Brundtland, que coordenou a elaboração do documento. Nesse documento é introduzido no debate ambiental o conceito de desenvolvimento sustentável (ONU, 1987). Pautando-se nesse Relatório, a ONU adotou um programa chamado “Perspectiva Ambiental para o ano 2000 e Além” (*Environmental Perspective to the Year 2000 and Beyond*), com o propósito de orientar as ações dos países e a cooperação internacional, a fim de promover o desenvolvimento limpo.

DÉCADA DE 1990

Nos anos de 1990, o processo de globalização da economia, iniciado nas décadas anteriores, havia se consolidado, com um aprofundamento das diferenças socioeconômicas entre os países desenvolvidos e os demais. A economia e a política local e nacional perdem força ante as políticas internacionais. Grandes corporações internacionais passam a dominar o cenário econômico mundial. Regiões inteiras do globo são crescentemente colocadas à margem do processo produtivo e do desenvolvimento, cresce a miséria nos países do terceiro mundo. Os serviços da dívida externa comprometem uma parte importante do Produto Interno Bruto dos países em desenvolvimento. Os países do Hemisfério Sul, ao contrário de beneficiários, tornam-se vítimas da globalização da economia. A interdependência (relação de dependência econômica entre todos os países do mundo) tornou suas frágeis economias altamente vulneráveis às mudanças nas condições econômicas mundiais. Condições essas sobre as quais esses países periféricos não têm controle (ESPINOSA, 1993).

Em novembro de 1990, na segunda Conferência Mundial do Clima, concluiu-se pela urgência de providências frente aos problemas relativos a mudanças climáticas decorrentes de ações antrópicas e criou um sistema mundial de observação climática. Em dezembro de 1990, a Assembleia Geral da ONU iniciou as negociações para a formulação das bases da Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas (*United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC*), para a qual estabeleceu um Comitê Intergovernamental de Negociações, que concluiu a negociação em 15 meses. A Convenção foi adotada

em maio de 1992, em junho, foi aberta para adesões durante a Rio-92 e tornou-se efetiva, em março de 1994, após receber o mínimo de 50 ratificações.

Em 1992, no Rio de Janeiro, a ONU realizou a “Cúpula da Terra: Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” (*The Earth Summit: United Nations Conference on Environment and Development - UNCED*), popularizada pelos codinomes “Rio-92” e “Eco-92” (JACKSON, 2007). Paralelamente, também no Rio de Janeiro, realizou-se o Fórum Internacional de Organizações Não governamentais e Movimentos Sociais (Fórum Global) (CZAPSKI, 1998). Somados, os dois eventos consistiram na maior mobilização internacional sobre meio ambiente e educação ambiental do final do Século XX.

Na Conferência “Rio-92”, reconheceu-se que a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento era uma necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável em nível global. Durante o evento, analisou-se a evolução das políticas de proteção ambiental com os seguintes objetivos:

- Avaliar a situação ambiental em correlação com o desenvolvimento.
- Estabelecer mecanismos de transferência de tecnologias não poluentes aos países em desenvolvimento.
- Examinar estratégias para a incorporação de variáveis ambientais ao processo de desenvolvimento.
- Estabelecer um sistema de cooperação internacional para prever ameaças ambientais.
- Prestar socorro em casos de emergência; reavaliar o sistema de organismos da ONU.

Em função dos impactos da globalização na economia, os países do Hemisfério Norte e os do Sul chegaram à “Rio-92” com posições bastante diferentes. Os países do Norte estavam focados na avaliação de que os problemas ambientais são globais, o que tornaria necessário compartilhar, entre todos os países, as responsabilidades (e os custos financeiros) para resolvê-los. Por outro lado, os países do Hemisfério Sul consideravam como prioridade o seu próprio desenvolvimento econômico para reduzir as desigualdades sociais entre as nações, advogando o lema de que a preservação não poderia impedir tal desenvolvimento. Após mais de vinte anos, argumentos desse tipo ainda dominam alguns debates sobre meio ambiente e discursos de dirigentes políticos.

Em 1995, os países signatários da *UNFCCC* protagonizaram a primeira Conferência das Partes (*Conference of the Parties - COP-1*), em Berlim. Na ocasião, concluiu-se que as ações para mitigar as emissões de gases causadores do efeito estufa não eram suficientes e iniciaram-se negociações para fortalecer uma ação global conjugada.

Em 1997, na COP-3, em Kyoto, aprovou-se o Protocolo que estabeleceu metas aos países desenvolvidos para reduzirem suas emissões, cujo prazo final foi 2012. O Protocolo de Kyoto entrou em vigor, em 2005, quando metade mais um dos signatários ratificaram sua adesão. O primeiro prazo para cumprimento de metas foi em 2008. (UNFCCC, 2011)

Em 1994, o Governo Brasileiro lançou o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), para cumprir obrigações estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e para cumprir compromissos internacionais assumidos durante a Rio-92. O PRONEA se baseia no Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), criado em 1975, sob coordenação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), cuja finalidade, objetivos, princípios e estratégias se estabeleceram na Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, a Conferência de Tbilisi, realizada em 1977. Os documentos que balizaram a formulação do PRONEA foram a “Carta Brasileira para Educação Ambiental”, produzida na Rio-92, e o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”, produzido no Fórum Global de 1992. (MMA, 2005)

As diretrizes do PRONEA são:

- Transversalidade e interdisciplinaridade.
- Descentralização espacial e institucional.
- Sustentabilidade socioambiental.
- Democracia e participação social.
- Aperfeiçoamento e fortalecimento dos sistemas de ensino, meio ambiente e outros que tenham interface com a educação ambiental.

Outro acontecimento importante para a Educação Ambiental ocorrido na década de 90, após a Rio-92, foi a “Conferência Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade”, organizada pela UNESCO, em dezembro de 1997, na cidade de Thessaloniki, Grécia. Dentre as várias recomendações contidas na Declaração de Thessaloniki, destacam-se:

- Que os governos e líderes mundiais honrem os compromissos já assumidos durante as Conferências da ONU e deem à Educação os meios necessários para que cumpra seu papel pela busca de uma futura sustentabilidade;
- Que as escolas sejam encorajadas e apoiadas para que ajustem seus currículos em direção a um futuro sustentável;
- Que todas as áreas temáticas, inclusive as ciências humanas e sociais, devem incluir as questões relacionadas ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável;
- Que todos os atores sociais contribuam para a implementação do capítulo 36 da Agenda 21.

AGENDA 21

A Agenda 21 foi um acordo firmado entre 179 países durante a Rio-92. Constitui-se num poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, buscando maior equilíbrio entre o todo e as partes, promovendo a qualidade e não apenas a quantidade do crescimento.

Consiste em um plano de ação estratégico, que estabelece uma tentativa de promover, em escala planetária, novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Mas a Agenda 21 foi além das questões ambientais para abordar os padrões de desenvolvimento que causam danos ao meio ambiente. Incluiu também a pobreza e a dívida externa dos países em desenvolvimento; padrões insustentáveis de produção e consumo; pressões demográficas e a estrutura da economia internacional.

O programa também recomendou meios de fortalecer o papel desempenhado pelos grandes grupos – mulheres, organizações sindicais, agricultores, crianças e jovens, povos indígenas, comunidade científica, autoridades locais, empresas, indústrias e ONGs – para alcançar o desenvolvimento sustentável.

A Agenda 21 Global está estruturada em quatro seções:

- 1. Dimensões sociais e econômicas** – Seção referente às políticas internacionais que podem ajudar no desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento; as estratégias de combate à pobreza e à miséria; a necessidade de mudanças nos padrões de produção e consumo; as inter-relações entre sustentabilidade e dinâmica demográfica; e as propostas para a melhoria da saúde pública e da qualidade de vida dos assentamentos humanos;
- 2. Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento** – Refere-se ao manejo dos recursos naturais (incluindo solo, água, mares e energia) e de resíduos e substâncias tóxicas, de forma a assegurar o desenvolvimento sustentável;
- 3. Fortalecimento do papel dos principais grupos sociais** – Aborda as ações para promover a participação, nos processos decisórios, de alguns dos segmentos sociais mais relevantes. São tratadas medidas destinadas a garantir a participação dos jovens, dos povos indígenas, das ONGs, dos trabalhadores e sindicatos, dos representantes da comunidade científica e tecnológica, dos agricultores e dos empresários (comércio e indústria);

4. Meios de implementação – Aborda acerca dos mecanismos financeiros e instrumentos jurídicos nacionais e internacionais existentes e a serem criados, com vistas à implementação de programas e projetos orientados para a sustentabilidade.

O Brasil, assim como os demais países signatários dos acordos oriundos da CNUMAD/92, assumiu o compromisso de elaborar e implementar a sua própria Agenda 21. No caso do Brasil, é a Agenda 21 Brasileira, que tem por objetivo instituir um modelo de desenvolvimento sustentável a partir da avaliação das potencialidades e vulnerabilidades de nosso país, determinando estratégias e linhas de ação cooperadas ou partilhadas entre a sociedade civil e o setor público.

[...] definiram os parâmetros que tem orientado o enfrentamento dos problemas ambientais, no planeta, até os dias atuais. Decorridas duas décadas, a ONU está preparando a realização da Conferência Rio+20. (ONU, 2012)

Logo após a Conferência Rio-92, a Agenda 21 passou a ser o principal documento ambientalista a receber atenção da mídia, dos governos e da sociedade em geral, no sentido de que se elaborassem Agendas 21 regionais e municipais. No entanto, os problemas climáticos se agravaram rapidamente e a Convenção sobre Mudanças Climáticas (*United Nations Framework Convention on Climate Change - UNFCCC*) passou a ocupar destaque nas relações internacionais e na mídia.

QUADRO 2.1. DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DOCUMENTO	PROPOSTA
Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento	
Agenda 21	Instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.
Princípios para a Administração Sustentável das Florestas	Tendo por objetivo a implantação da proteção ambiental de forma integral e integrada. Buscou-se um consenso global sobre o manejo, conservação e desenvolvimento sustentável de todos os tipos de florestas.

CONTINUA...

<p>Convenção da Biodiversidade</p>	<p>Arcabouço legal e político para diversas outras convenções e acordos ambientais mais específicos, como o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança; o Tratado Internacional sobre Recursos Fito genéticos para a Alimentação e a Agricultura; as Diretrizes de Bonn; as Diretrizes para o Turismo Sustentável e a Biodiversidade; os Princípios de Addis Abeba para a Utilização Sustentável da Biodiversidade; as Diretrizes para a Prevenção, Controle e Erradicação das Espécies Exóticas Invasoras; e os Princípios e Diretrizes da Abordagem Ecosistêmica para a Gestão da Biodiversidade.</p>
<p>Convenção sobre Mudança do Clima</p>	<p>Elaborar uma estratégia global “para proteger o sistema climático para gerações presentes e futuras”. Não obstante, ela enfatiza que as responsabilidades das partes signatárias, embora comuns, devem ser diferenciadas, observando-se as necessidades específicas dos países em desenvolvimento e as dos países mais vulneráveis.</p>

SÉCULO XXI

Em 2007, foi realizado em Bali, na Indonésia, a COP-13, cujas negociações foram feitas sob a influência do Quarto Relatório do IPCC (*Intergovernmental Pannel on Climate Change*), que apontava para as evidências de as mudanças climáticas, no planeta, serem provocadas pelo ser humano. Na COP-13, foi aprovado o *The Bali Road Map*, que inclui o Plano de Ação de Bali, cujo conteúdo aponta para as tarefas necessárias, a fim de garantir a implementação da Convenção do Clima até 2012 e implementar as negociações para o período posterior. (UNFCCC, 2011)

Ante a eminência de o Protocolo de Kyoto expirar, sem alcançar seus objetivos e sem haver acordo sobre sua continuidade, representantes diplomáticos dos diversos países têm perseguido a elaboração de um novo documento de compromissos sobre mudanças climáticas.

Esperava-se que o acordo seria finalizado na COP-15, 2009, em Copenhague, mas o máximo de avanço conseguido ficou numa indicação genérica de empenho das nações para que a temperatura do planeta não apresente, no Século XXI, elevação superior a dois graus centígrados. O Acordo de Copenhague não estabeleceu metas, embora tenha estabelecido a criação de quatro novas estruturas institucionais, que são: um Mecanismo sobre REDD-Plus (United Nations Collaborative Programme on Reducing Emissions from Deforestation and Forest Degradation in Developing Countries) Programa

sobre a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal com a adição de programas de conservação e manejo florestal; um Painel de Implementação para provisão de recursos financeiros; o Fundo Verde do Clima e um Mecanismo de Tecnologia. (UNFCCC, 2011)

Em 2010, na COP-16, em Cancun, enquanto alguns ainda perseguiram a elaboração de um novo documento de compromissos, para redução das emissões de gases de efeito estufa, outros passaram a advogar a prorrogação do Protocolo de Kyoto, para além de 2012. Nenhuma das duas proposições predominou. Na continuidade das decisões definidas pelo Acordo de Copenhague, houve decisão e pela criação de um “Fundo Verde do Clima”, provido pelos países desenvolvidos, para financiar projetos, programas, políticas e outras atividades nos países em desenvolvimento. Ficou estabelecido, também, um novo Mecanismo de Tecnologia com o objetivo de facilitar transferência e assistência tecnológica em ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Ademais, elaborou-se a *Cancun Adaptation Framework* (Base Estrutural para Adaptação Climática de Cancun) com o objetivo de estimular as ações de adaptação, a fim de reduzir a vulnerabilidade dos países pobres. (UNFCCC, 2011b) um programa previsto para 10 anos. (UN, 2002)

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CAPITALISMO

Será que o “desenvolvimento sustentável” é possível em um sistema econômico capitalista, que tem como base o crescimento baseado na acumulação e concentração privada do capital? O modelo capitalista de “desenvolvimento” possui uma lógica fundada na exploração sistemática e ilimitada de qualquer recurso natural disponível para ser utilizado nos processos de produção e consumo comercial, a fim de gerar renda para apropriação privada. Trata-se de um modelo baseado nos pressupostos de que a Terra possui recursos ilimitados e de que o crescimento econômico pode ser infinito, o que sustenta a prática de escalonamento indefinido da exploração dos recursos e da poluição. Além disso, como o crescimento depende da acumulação, sem limite, do capital, o controle da riqueza social resulta concentrado em poder de um pequeno percentual da população mundial, o que leva a grandes desigualdades, inacessibilidade a recursos essenciais, injustiças e conflitos.

Essa operacionalidade leva à diminuição contínua e progressiva dos recursos naturais e, inevitavelmente, à devastação dos ecossistemas, provocando a extinção de muitas espécies. Em termos sociais, a lógica capitalista proporciona crescente desigualdade social, pois é regida pela competição e

concorrência egoísta, não pela cooperação e solidariedade necessária diante da crise ambiental globalizada.

A ideia de “sustentabilidade” pressupõe interdependências, redes de relações inclusivas, biodiversidade e cooperação na dinâmica da natureza, para possibilitar que todos os seres convivam, evoluam e ajudem-se mutuamente a se manterem- vivos.

A sustentabilidade requer o equilíbrio dinâmico e aberto a novas incorporações que possam transformar o caos gerador de novas ordens. A Convenção sobre Diversidade Biológica (ONU, 1992, art. 10) preceitua que a utilização sustentável dos recursos naturais: seja feita de modo e em ritmo que garantam sua diversidade biológica no longo prazo, mantendo seu potencial para atender as necessidades e aspirações de gerações presentes e futuras.

Nos Relatórios do *Millennium Ecosystem Assesment* (MA, 2005), é incluída a relação da sustentabilidade com a ampliação permanente das liberdades individuais substantivas, como condição para motivar a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas.

FIGURA 2.3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Características da sustentabilidade		
<ul style="list-style-type: none">• Integridade do sistema socioecológico• Suficiência de recursos para subsistência e acesso a oportunidades	<ul style="list-style-type: none">• Manutenção de recursos naturais e eficiência• Civilidade socioambiental e governança democrática	<ul style="list-style-type: none">• Equidade intrageracional e intergeracional• Precaução e adaptação• Integração entre situação atual e de longo prazo.

FONTE: GIBSON, R.; SKARZYNSKI, P. **INOVAÇÃO: PRIORIDADE Nº 1: O CAMINHO PARA TRANSFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES**. RIO DE JANEIRO: ELSEVIER, 2008.

PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL

Considerando que toda atividade produtiva causa algum tipo de impacto negativo sobre os ecossistemas que atinge, é preciso, então, considerar a elaboração e execução de um Plano de Controle Ambiental.

O Plano de Controle Ambiental deve conter todas as ações e medidas minimizadoras e compensatórias dos impactos ambientais negativos, bem como as medidas potencializadoras dos impactos positivos. O prognóstico dos impactos devem ser identificados pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA). A sua execução requer a organização de equipe multidisciplinar composta por profissionais de diferentes áreas de atuação e *expertise*.

De acordo com Gibson e Skarzynski (2008), a otimização do Plano de Controle se dá pela observância de alguns princípios básicos (Figura 2.4):

FIGURA 2.4. PRINCÍPIOS BÁSICOS DO PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL

1 Princípio da Participação	<ul style="list-style-type: none">• participação comunitária na proteção ambiental, por meio de audiências públicas e medidas judiciais, para elaborar leis, formular políticas públicas e controle jurisdicional, conforme direitos constitucionais.
2 Princípio da Legalidade	<ul style="list-style-type: none">• provimento de suporte legal para obrigar-se a algo (obrigatoriedade de obediência às leis - Art. 5, II - Constituição Federal de 1988).
3 Princípio da Indisponibilidade	<ul style="list-style-type: none">• garantia do direito de uso comum do meio ambiente equilibrado, como bem de caráter indisponível à propriedade privada.
4 Princípio da Prevenção ou Precaução	<ul style="list-style-type: none">• cumprimento do Art. 225, da Constituição Federal de 1988, tendo por base a dificuldade ou impossibilidade de reparação do dano ambiental e o dever coletivo de preservar o meio ambiente para as gerações futuras.
5 Princípio da Avaliação Prévia de Impacto em Obras	<ul style="list-style-type: none">• exigência de avaliação prévia dos danos ambientais em obras potencialmente danosas ao meio ambiente, conforme ao Art. 225, §1º, IV, da Constituição Federal de 1988, que obriga realizar Estudo de Impacto Ambiental.

<p>6</p> <p>Princípio da Transparência</p>	<ul style="list-style-type: none"> informação sobre fatos ambientais que afetam direitos e obrigações do poder público e da sociedade, incluindo a divulgação dos Estudos de Impacto Ambiental e os seus respectivos relatórios.
<p>7</p> <p>Princípio da Supremacia do Interesse Público</p>	<ul style="list-style-type: none"> prevalência do interesse da coletividade sobre o interesse privado nas questões relativas ao meio ambiente.
<p>8</p> <p>Princípio da Função Socioambiental da Propriedade</p>	<ul style="list-style-type: none"> condicionamento da propriedade ao bem-estar socioambiental, em conformidade com Art. 5º, XXIII, Art. 170, III e Art. 186 da Constituição Federal de 1988.
<p>9</p> <p>Princípio do Desenvolvimento Sustentável</p>	<ul style="list-style-type: none"> observância da estabilidade e equilíbrio dos ecossistemas enquanto se busca o desenvolvimento econômico, conforme à Agenda 21.
<p>10</p> <p>Princípio da Reparabilidade do Dano Ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> reparação dos danos causados, por ação recuperatória e/ou indenizatória, conforme ao Art. 225, §3º, da Constituição Federal de 1988, independentemente das sanções penais e administrativas que possa ter cumprido.
<p>11</p> <p>Princípio do Poluidor-pagador</p>	<ul style="list-style-type: none"> cobrança de pagamento de quem polui, pelos custos do controle da poluição e reparo do impacto, conforme acordo internacional, constante na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992.
<p>12</p> <p>Princípio da Compensação</p>	<ul style="list-style-type: none"> exigência de reparação do dano ambiental, principalmente quando irreversível, de modo que o causador possa compensar a irreversibilidade com uma ação ambiental de relevância equivalente.
<p>13</p> <p>Princípio da Responsabilidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> sujeição de infratores a sanções penais e administrativa, perante a justiça, pela prática de atividades lesivas ao meio ambiente, conforme Art. 225, § 3º da Constituição Federal de 1988.
<p>14</p> <p>Princípio da Educação Ambiental</p>	<ul style="list-style-type: none"> promoção da educação ambiental em todos os níveis de ensino, a fim de preparar a sociedade para o exercício de seus direitos e responsabilidades relativos aos bens ambientais, conforme ao Art. 225, § 1º, VI da Constituição Federal de 1988.
<p>15</p> <p>Princípio da Cooperação Internacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> cooperação transfronteiriça entre os países para lidar com a globalização da poluição.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A evolução dos conceitos de Educação Ambiental esteve sempre relacionada à evolução do significado de meio ambiente e às mudanças, ao longo do tempo, no modo como este é percebido. O termo meio ambiente, reduzido exclusivamente a seus aspectos naturais, não permitia apreciar as interdependências nem a contribuição das ciências sociais e outras ciências para a compreensão e melhoria do ambiente humano.

O sistema escolar é considerado por Casseb e Trufem (2009) como fundamental para a prática da educação ambiental, que consiste, essencialmente, em preparar os estudantes para realizar análise crítica dos problemas ambientais. Nesse sentido, manifestam-se no sistema escolar as oportunidades privilegiadas para abordagens interdisciplinares e abertura aos novos conhecimentos, metodologias e habilidades, necessários à transição para a sustentabilidade socioambiental.

FIGURA 2.5 PRINCÍPIOS BÁSICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CONFORME A CONFERÊNCIA DE TBILISI

1	• Considerar o ambiente em sua totalidade, em seus aspectos naturais e sociais.
2	• Constituir um processo contínuo e permanente, da educação infantil às demais fases do ensino formal e informal.
3	• Empregar enfoque interdisciplinar, aproveitando o conteúdo específico de cada disciplina, para uma perspectiva global e equilibrada.
4	• Examinar as principais questões ambientais em escala pessoal, local, regional, nacional e internacional, para identificação com as condições de outras regiões.
5	• Concentrar-se nas situações ambientais atuais e futuras, considerando a perspectiva histórica.
6	• Insistir no valor e na necessidade de cooperação local, nacional e internacional, para prevenir e resolver os problemas ambientais.
7	• Considerar, de maneira clara, os aspectos ambientais nos planos de desenvolvimento e crescimento.
8	• Motivar a participação na organização das experiências de aprendizagem, proporcionando oportunidade de tomar decisões e aceitar suas consequências.

9	<ul style="list-style-type: none"> • relacionar a sensibilização pelo ambiente, aquisição de conhecimentos, capacidade de resolver problemas e esclarecimento dos valores, destacando a sensibilidade pelos problemas ambientais da própria comunidade.
10	<ul style="list-style-type: none"> • Contribuir para que os alunos descubram os efeitos e as causas reais dos problemas ambientais.
11	<ul style="list-style-type: none"> • Salientar a complexidade dos problemas ambientais e a necessidade de desenvolver senso crítico e aptidões necessárias para resolvê-los.
12	<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar diferentes ambientes educativos e métodos para comunicar e adquirir conhecimentos sobre o meio ambiente, privilegiando atividades práticas e experiências pessoais.

FONTE: UNESCO. INTERGOVERNMENTAL CONFERENCE ON ENVIRONMENTAL EDUCATION: FINAL REPORT. TBILISI (USSR), 1977. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.GDRC.ORG/UEM/EE/EE-TBILISI_1977.PDF](http://www.gdrc.org/uem/ee/ee-tbilisi_1977.pdf). ACESSO EM: JUN, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 1912, alguns meses após a realização da “Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20”, ocorreu em Tbilisi, Georgia, a “Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável: Tbilisi+35”. Essa Conferência, pela escolha do local, teve por objetivo comemorar os 35 anos da realização da Conferência de 1977, cujas recomendações orientaram, com sucesso, o desenvolvimento da educação ambiental em nível planetário.

Além da comemoração e avaliação dos desdobramentos da Conferência original, o evento recente teve por objetivo, também, prover um referencial para a cooperação coordenada, entre as nações, em prol de um futuro sustentável, considerando, especialmente, as deliberações da Conferência Rio+20.

Em 35 anos, a Educação Ambiental diversificou-se e uma corrente de educadores passou a colocar foco na Educação em Desenvolvimento Sustentável, com base nos mesmos princípios. Há o reconhecimento de que continuam válidos os objetivos estabelecidos em 1977: esclarecimento, conhecimento, atitude, habilidade e participação. Reconhece-se também que a adoção dos princípios da educação ambiental continuam fundamentais para que a humanidade encontre a possibilidade de vislumbrar a sustentabilidade, porque a educação torna possível a aquisição de novos valores éticos e de novos padrões de comportamento. No entanto, problemas como miséria, desigualdades sociais, desemprego e outras fontes de conflitos dificultam a proteção dos ecossistemas naturais. (UNESCO, 2012)

O relatório resultante da Conferência Rio+20 ressalta os vários problemas socioambientais, que dificultam as negociações e práticas relacionadas à sustentabilidade do planeta Terra. Pensa-se, nos organismos internacionais de negociação diplomática, que o desenvolvimento sustentável requer um modo não tradicional de pensar o mercado e a economia, daí a defesa do conceito de economia verde (palavra que, em parte, substitui a expressão desenvolvimento sustentável) (ONU, 2012). No entanto, no centro de qualquer transformação desejada, é preciso fazer crescer a vontade e as condições objetivas para a educação ambiental. Após quase quatro décadas da realização da Conferência de Tbilisi, os princípios básicos da Educação Ambiental, nela formulados, continuam adequado para as contradições e problemas socioambientais da contemporaneidade. Por isso tais princípios permanecem como referências globais em Educação Ambiental para gestores e educadores de todos os tipos, públicos e privados, indistintamente.

Se a Educação Ambiental evoluiu para a Educação em Desenvolvimento Sustentável, é de se esperar que evolua para a Educação em Economia Verde. Em se aplicando os mesmos princípios consagrados, de formar cidadãos sensíveis aos problemas ambientais, com habilidades analítica e de participação, então, a próxima etapa tende a ser a de educação em uma educação para o empreendedorismo verde.

REFERÊNCIAS

CARSON, Rachel L. **Silent Spring**, Greenwich, CONN: Fawcett, 1962. Disponível em: http://library.uniteddiversity.coop/More_Books_and_Reports/Silent_Spring-Rachel_Carson-1962.pdf. Acesso em: 11/maio/2015.

CASSEB, Deise C; TRUFEM, Sandra F. B. Educação ambiental em escolas da rede pública na área da Represa Guarapiranga, São Paulo. **Pesquisa em Debate**, edição especial, 2009. Disponível em: HTTP://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_especial1/artigo_17.pdf. Acesso em: mar/2015.

CZAPSKI, S. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, 1998.

ELKINGTON, John. Towards the Sustainable Corporation: win-win-win business strategies for Sustainable Development. **California Management Review**, v.36, n.2, p.90-100, 1994.

ESPINOSA, H.R.M. Desenvolvimento e meio ambiente sob nova ótica. **Ambiente**, v.7, n.1, p.40-44, 1993.

GEM [GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR]. **Empreendedorismo no Brasil**: Relatório Executivo 2013. Curitiba: GEM, 2014. Disponível em: <http://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/Cartilha-Manual-ou-Livro/Pesquisa-GEM-2013---Relatorio-executivo>. Acesso em: 16 de março de 2014.

GIBSON, R.; SKARZYNSKI, P. **Inovação**: prioridade nº 1: o caminho para transformação nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GILPIN, A. **Dictionary of Environment and Sustainable Development**, Chichester, UK: Wiley, 1997.

MA [Millennium Ecosystem Assessment (Program)]. **Ecosystem and Human Well-being**. Washington, DC: Island, 2005. Disponível em: <http://www.millenniumassessment.org>. Acesso em: jul/2014.

MEADOWS, Donella H. et al. **The limits to growth**: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind. New York: Universe Books, 1972. Disponível em: http://collections.dartmouth.edu/published-derivatives/meadows/pdf/meadows_ltg-001.pdf. Acesso em: jun/2015.

MMA [MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE]. **Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA**. 3. Ed, Brasília: MMA, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/pronea3.pdf>. Acesso em: jul/2014.

ONU [Organização das Nações Unidas]. **Declaração da Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo, junho de 1972. Disponível em: www.mma.gov.br/estrutura/agenda21/_arquivos/estocolmo.doc. Acessado em: 02/abr/2014.

_____. **Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future** (Brundtland Report). New York: United Nations, 1987. (Annex to document A/42/427 - Development and International Co-operation: Environment). Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. Acessado em: 22/jun/2014.

_____. **Agenda 21**. Rio de Janeiro, 1992a. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21>. Acessado em: 2/abr/2014.

_____. **Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)**. Rio de Janeiro, 1992b. Disponível em: http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/convenção_clima.pdf. Acessado em: 22/abr/2015.

_____. **Convenção da Diversidade Biológica (CDB)**. Rio de Janeiro, 1992c. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/convencao-da-diversidade-biologica>. Acessado em: 2/abr/2014.

_____. **The future we want**: outcome document of the United Nations Conference on Sustainable Development: Rio+20. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/733FutureWeWant.pdf>. Acessado em: jun/2015.

PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento]. **Convenção de Viena e Protocolo de Montreal**. Brasília: Protocolo de Montreal, 2011. Disponível em: www.protocolodemontreal.org.br. Acesso em: 30/jul/2014.

RIBEIRO NETO, João Batista M.; TAVARES, José da Cunha; HOFFMAN, Silva Carvalho. **Sistemas de gestão integrados**: qualidade, meio ambiente, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

UNESCO [United Nations Educational, Cientific and Cultural Organization]. **Intergovernmental Conference on Environmental Education**: Final Report. Tbilisi (USSR), 1977. Disponível em: http://www.gdrc.org/uem/ee/EE-Tbilisi_1977.pdf. Acesso em: jun, 2014.

_____. **Tbilisi+35**: Intergovernmental Conference on Environmental Education for Sustainable Development. Tbilisi (Georgia), 2012. Disponível em: http://cmsdata.iucn.org/downloads/tbilisi_story_komunike_small.pdf. Acesso em: jun, 2014. Acesso em: jul/2015.



ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Jonatã da Silva Mariani
Carlos Alberto Marçal Gonzaga

“Um ser humano é parte de um todo [...] Ele experimenta a si mesmo, seus pensamentos e sensações, como algo separado do resto - uma espécie de ilusão de óptica da sua consciência. Essa ilusão é uma prisão para nós, restringindo-nos a nossos desejos pessoais e a nossa afeição a algumas pessoas mais próximas. Nossa tarefa deve ser livrar-nos dessa prisão, expandindo nossa compaixão para abranger todas as criaturas vivas e toda a Natureza em seu esplendor. [...] O empenho por tal conquista é, em si próprio, uma parte da liberação e uma base sólida para nossa segurança interior”.

ALBERT EINSTEIN

INTRODUÇÃO À RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Este capítulo aborda a lógica empreendedora subjacente às iniciativas empresariais de responsabilidade socioambiental, privilegiando o enfoque dado pela administração estratégica na gestão dos negócios.

As rápidas transformações econômicas, sociais e tecnológicas iniciadas nas últimas décadas do século XX, que se aceleraram nos anos mais recentes, têm influenciado a cultura das organizações e o modo como de praticar o empreendedorismo. Dentre as novas tendências, a mais significativa é o aumento das responsabilidades externas das organizações, especialmente as relacionadas aos aspectos sociais e ambientais. Dependendo do tipo de empreendimento, a responsabilidade socioambiental tornou-se tão importante quanto a qualidade do produto ou serviço, o posicionamento no mercado ou o valor da marca.

O despertar das organizações para os aspectos socioambientais corresponde a uma relação de causa e efeito diante do agravamento dos problemas ambientais, da desigualdade social e do processo de homogeneização globalizada das demandas pelo consumo de bens e serviços.

Do ponto de vista ambiental, a constatação de que os recursos naturais, indispensáveis ao funcionamento do sistema econômico mundial, estão sendo consumidos em proporção maior do que a capacidade de sua renovação, tornou-se argumento irrefutável para que as organizações, privadas ou públicas, adotem uma postura ambientalmente mais responsável.

Os empreendedores do Século XXI estão aprendendo que os investimentos em ativos socioambientais apresentam reflexos diretos no desempenho comercial e nos resultados financeiros. Pois não se trata de filantropia, mas de enfrentamento das limitações apresentadas pelos modelos econômico e político predominantes, que não conseguem corresponder às necessidades presentes e futuras do mercado e da sociedade.

AS GRANDES MUDANÇAS SOCIAIS

Os empreendimentos atuantes ao longo da década de 1990 protagonizaram a revolução das comunicações, o aumento da competição global e o redirecionamento do poder para as mãos do comprador (GALBRAITH e LAWLER, 1995). Desde então, o aumento da preocupação em relação ao meio ambiente e a complexidade das demandas sociais que a comunidade repassa às organizações induzem a um novo posicionamento por parte dos empresários e executivos em face de tais questões. Os temas, apresentados a seguir, tornaram-se as principais variáveis na origem das pressões sociais responsáveis pelo novo comportamento empresarial.

A NOVA ÉTICA DE CONSUMO

De acordo com observação de Ashley (2003), a comunicação intercultural entre diversos povos revela uma tendência à homogeneização das culturas, presumivelmente em favor da cultura dominante ou do país mais rico. Entendemos, no entanto, que a comunicação intercultural entre os povos, fomentada pelo desenvolvimento das novas tecnologias informacionais e a permeabilidade de inúmeras redes sociais informatizadas que tal tecnologia possibilita, promove a homogeneização mundial dos padrões de consumo, pela assimilação dos valores da cultura dominante.

No entendimento de Ashley (2003), a globalização, ao promover o interculturalismo homogeneizante, impõe padrões éticos e morais mais rigorosos que, ao mesmo tempo em que exige esforços de adaptação dos empreendimentos para cultivar uma “boa imagem”, também provoca reações de resistência e contrariedade, pelo direito à diferença.

Em adaptação ao direito à diversidade e à multiculturalidade, as práticas de gestão comercial evoluíram para a técnica de segmentação de mercado, pela adoção de especificações múltiplas para os produtos ofertados, conforme o mercado alvo, como forma de estimular o consumismo e facilitar o acesso a públicos cada vez mais amplos.

Em contrapartida, vem crescendo a demonstração de insatisfação por parte da sociedade, na medida em que se evidencia o caráter predatório da exploração de recursos naturais, a fim de produzir bens de consumo, nem sempre essenciais. A percepção das consequências indesejáveis sobre os ecossistemas naturais e sobre as condições de vida de populações desfavorecidas economicamente que, às vezes, trabalham em condições degradantes, vem atraindo criticismo por parte do consumidor cidadão (ORCHIS, YUNG e MORALES, 2002). Verifica-se que o aumento do acesso à informação, à medida que as evidências científicas apontam para os efeitos das ações antrópicas sobre a natureza, vem conduzindo ao reconhecimento de que o consumo possui implicações sociais e ambientais, por isso deve ajustar-se aos princípios de uma ética cidadã.

Desde o início do Século XXI, (2002), aponta-se que o comportamento do consumidor está criando novas relações com as empresas no mundo inteiro e delineando os contornos de uma ordem econômica em que os direitos dos consumidores compõem a pauta das negociações comerciais, marcando a tendência da nova economia globalizada.

De acordo com o Relatório 2012, da Green Gauge, uma das maiores empresas de pesquisa de mercado no mundo, a economia verde deixou de ser “alternativa” e tornou-se *mainstream*, nos Estados Unidos, inclusive no mercado

de produtos eletrônicos. Entre os resultados encontrados, destacam-se o fato de que 93% dos consumidores tomaram alguma atitude para economizar energia, 77% fizeram alguma coisa para economizar água, 73% compraram algum produto de material orgânico e 29% dos usuários de *smartphones* usam *apps* para reduzir o impacto ambiental de suas atividades (GREEN GAUGE, 2012).

Essas evidências comportamentais dos consumidores não podem ser ignoradas por empreendedores à frente de seus negócios, pois o empreendedor precisa conectar suas decisões com a dinâmica social de seu tempo.

O PROBLEMA DAS DESIGUALDADES ECONÔMICAS

No Século XIX, a industrialização foi a base para a configuração da atual distribuição de poder econômico entre as nações. Os países que não protagonizaram esse processo se veem na posição de atores periféricos no mercado globalizado.

Conforme observa Incisa (1997), a industrialização tardia gera problemas sociais para os países, porque, normalmente, se dá pela imposição das elites nacionais que se beneficiam do processo, mas socializam os custos dos investimentos necessários. O que se tem observado em países considerados em desenvolvimento, é que o crescimento do setor industrial pode evidenciar os desequilíbrios econômicos e políticos existentes, agravando a fragmentação social.

A diminuição da fragmentação social estaria no advento de um novo tipo de organização empresarial, mais flexível e mais sensível às desigualdades, conforme predizem autores como Peter Drucker, Jay Galbraith, Bill Gates, Michael Porter e Don Tapscott (TACHIZAWA, 2002). Nessa nova empresa, a Responsabilidade Socioambiental se constitui em princípio norteador para as ações que possam impactar positivamente sobre as preocupações fundamentais da comunidade, quanto aos aspectos qualitativos da vida. (DRUCKER, 2001)

A CRISE NO ESTADO ASSISTENCIAL E O PODER DAS ORGANIZAÇÕES

O Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) consolidou-se na Inglaterra, na década de 1940, representando um aumento das despesas públicas e da complexidade das estruturas administrativas estatais responsáveis pelos serviços assistenciais. Duas décadas depois, porém, ao final da década de 1960, verifica-se um desequilíbrio entre a arrecadação e as despesas públicas, que O'Connor (1973), apud Regonini (1997), denomina de crise fiscal, resultante da incompatibilidade entre o fortalecimento do consenso social e o apoio à

acumulação capitalista. Outros autores, no entanto, como Rose (1978) e Crozier e Huntington (1975), citados por Regonini (1997), consideram que a crise é de legitimação do governo, resultante da impossibilidade de gerirem os conflitos de interesse devido à sobrecarga de demanda.

Diante de perspectivas analíticas tão díspares, a partir da década de 1960, o Estado passou a ser analisado com novos instrumentos analíticos, que levavam em conta os primeiros sinais de crise no desenvolvimento das políticas sociais, porque os conceitos clássicos mostravam-se inadequados para a compreensão das funções do Estado. (REGONINI, 1997)

O reconhecimento de que se tenha tornado necessário, que setores privados da economia assumam a responsabilidade social de realizar investimentos e parcerias comunitárias, deve-se, em parte, ao enxugamento do tamanho do Estado, que leva à terceirização de algumas de suas funções sociais essenciais. Os dirigentes empresariais, por sua vez, percebem nisso a oportunidade de melhorar seus indicadores de desenvolvimento sustentável e de lucratividade proativa, visando tornar as organizações mais atrativas para os stakeholders. (GONÇALVES, DESIDERIO e GUTIERREZ, 2006)

Por isso, Hertz (2001) afirma que as multinacionais, paulatinamente, assumem as responsabilidades e as funções do estado, aumentando-lhes a possibilidade de influenciar nas decisões governamentais.

CONTEXTO SOCIOCULTURAL DAS ORGANIZAÇÕES

Os empreendimentos não ocorrem no vácuo, mas sim num contexto socioeconômico que os influencia e condiciona sua cultura administrativa, conformando-a aos valores, princípios e tradições da sociedade onde estão inseridos (BARBOSA, 1999, p.141).

Dizia Drucker (2001) que a tarefa da administração é gerir os impactos sociais e as responsabilidades sociais do empreendimento, porque um empreendimento precisa ser bom para a sociedade antes de ser bom para os negócios. O principal negócio de um empreendimento é voltado para sua clientela, portanto, é preciso garantir o provimento dos serviços antes de garantir emprego aos colaboradores ou dividendos aos acionistas.

A CONSCIENTIZAÇÃO AMBIENTAL

Já em 1923, no livro *"The philosophy of management"*, o inglês Oliver Sheldon visava abranger a totalidade da administração, correlacionando os empreendimentos de negócios com a sociedade, numa tentativa de fundir a ética social com a prática da administração científica.

O modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração dos recursos naturais resultou em graves desequilíbrios no meio ambiente e em degradação da qualidade de vida das pessoas. Com o aumento da população, do consumismo supérfluo e das demais consequências típicas de uma sociedade industrial, praticamente a maior parte da humanidade, no início do terceiro milênio, reconhece a contradição entre as limitações dos recursos naturais, em contraposição a uma sociedade de consumo de expectativas ilimitadas.

Resolver a incompatibilidade entre os objetivos de crescimento econômico e os da preservação ambiental tornou-se uma questão de sobrevivência econômica em longo prazo. Essa nova consciência, fomentada pela disseminação da educação ambiental, tem influenciado cada vez mais o comportamento dos consumidores e as diretrizes governamentais internacionais, exigindo uma postura mais responsável das empresas em questões ambientais. Os resultados econômicos passam a depender cada vez mais das decisões que evitam o conflito entre a lucratividade e os cuidados ambientais. (TACHIZAWA, 2001)

O EMPREENDIMENTO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL

Há menos de três décadas, as empresas eram soberanas nas decisões sobre quais produtos lançar, onde, a que preço e com quais apelos comerciais. As restrições sobre os métodos produtivos eram mínimas e a preocupação com a preservação do ambiente era inexistente ou colocada em último plano. Hoje as empresas enfrentam crescentes barreiras impostas pela legislação e pelos movimentos de defesa do consumidor e as questões ambientais estão entre as prioridades sociais da maioria das comunidades.

Nenhuma das outras instituições são tão questionadas como as empresas porque, segundo Duarte e Dias (1986), somente a empresa tem tamanha penetração social e nenhuma outra instituição está tão relacionada com o sistema econômico e com os problemas decorrentes do seu mau funcionamento.

Sobre as responsabilidades de um empreendimento, Drucker (2001) afirmava que, embora o desempenho econômico seja vital, ele não é a única responsabilidade do empreendedor.

A descrição léxica mais simples para responsabilidade é a de que consiste na possibilidade de uma pessoa ou um grupo de pessoas prever os efeitos do próprio comportamento e corrigir este comportamento com base nessa previsão.

DRUCKER (1981) destaca o fato de que é em função da empresa ser bem sucedida no mercado que cresce a necessidade de atuação socialmente

responsável, visando diminuir os problemas sociais. Trata-se de um fator importante para manter a sustentabilidade das companhias.

Uma vez que a qualidade de vida das gerações presentes e futuras está ligada à preservação do ambiente em que ele vive, entende-se que a responsabilidade com o meio ambiente se aplica às empresas.

A Responsabilidade Social Corporativa é um conceito em construção, ainda não suficientemente consolidado, devido ao aumento da complexidade no mundo das relações de produção e mercantis.

Conceitualmente, os argumentos que movem a empresa em direção a iniciativas responsáveis do ponto de vista social e ambiental são basicamente dois: o ético e o instrumental. Cada um destes argumentos possui suas respectivas abordagens do ponto de vista administrativo (Quadro 3.1).

Visão Moral

- Deriva dos princípios religiosos e das normas sociais prevaletentes, considerando que os empreendimentos e os empreendedores busquem o comportamento social e moralmente mais corretos, mesmo que isto implique em despesas improdutivas para o negócio. Caracteriza-se por desvincular a responsabilidade social da lógica econômico-financeira da empresa, classificando-a como uma atividade pós-lucro. As linhas normativas gerais devem refletir a preocupação com a evolução social do homem levando em conta o desenvolvimento sustentável e entendendo os negócios dentro de um todo.

Visão Instrumental

- Considera uma relação positiva entre o comportamento socialmente responsável e o desempenho econômico do empreendimento. Concebe a responsabilidade social como uma forma de melhorar a reputação da empresa, identificar oportunidades e adquirir vantagens competitivas no mercado globalizado. É, portanto, uma atividade pré-lucro.

Um exemplo de autora que se enquadra na abordagem de base moral é Ashley (2002), para quem a responsabilidade social empresarial define-se

pelo compromisso moral que uma organização deve assumir com a sociedade, expresso em iniciativas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável, além das obrigações exigidas por lei.

Nas palavras de Kon (2013), a reflexão sobre a necessidade de uma nova ética empresarial acompanha o ideário de que a responsabilidade ética dos empreendedores constitui-se em fator fundamental das possibilidades de desenvolvimento sustentável. Sendo assim, o engajamento ético passa a ser um componente endógeno da cultura organizacional.

No entanto, a abordagem instrumental tende a predominar entre os empreendedores, devido ao seu caráter estratégico em relação ao mercado. Os principais benefícios das iniciativas socioambientais de um empreendimento, sob a ótica instrumental, são apontados por Melo Neto e Froes (1999, p.96), como sendo os seguintes:

- a. Ganhos de imagem corporativa, valorização da marca e competitividade;
- b. Popularidade dos dirigentes, como líderes empresariais responsáveis;
- c. Efeito positivo sobre a motivação, lealdade, confiança, e desempenho dos colaboradores;
- d. Melhor relacionamento com o governo;
- e. Aumento das chances de realizar parcerias com os fornecedores, distribuidores e representantes;
- f. Maior fidelidade dos clientes atuais e possibilidade de conquista de novos clientes.

A linha instrumental sustenta que o comportamento responsável gera oportunidades através de três argumentos principais:

1. Maior consciência sobre as questões culturais, ambientais e de gênero, refletindo diretamente na imagem da empresa junto ao consumidor;
2. Antecipação na solução de problemas futuros, evitando regulações restritivas à ação empresarial pelos governos;
3. Diferenciação de seus produtos diante de seus competidores menos responsáveis socialmente.

Embora a abordagem instrumental seja de grande importância para a administração contemporânea, a chave para compreender o crescente interesse e reconhecido sucesso de muitas empresas, no campo da responsabilidade social, pode consistir em entender que as duas abordagens, moral e instrumental, não são, necessariamente, mutuamente excludentes. Há fatores de interdependência entre as elas.

De acordo com MELO NETO e FROES (1999), a responsabilidade social corporativa assume características que englobam o público interno e externo, além do investimento na preservação ambiental, mas não necessariamente privilegiando uma categoria em particular. Segundo esses mesmos autores, existem pelo menos sete vetores que direcionam o processo administrativo para o fortalecimento da dimensão social da empresa, a saber:

- a. Apoio ao desenvolvimento da comunidade na qual a empresa atua;
- b. Preservação do meio ambiente;
- c. Investimento no bem-estar dos colaboradores e dependentes e em um ambiente de trabalho agradável;
- d. Comunicações transparentes;
- e. Retorno aos acionistas;
- f. Sinergia com os parceiros;
- g. Satisfação de clientes e consumidores.

Pode-se afirmar que a análise desses vetores fornece o ponto de partida para um delineamento estratégico da responsabilidade social nos empreendimentos contemporâneos.

De acordo com Shrivastava (1995), as organizações tendem a mover-se da gestão antropocêntrica para a gestão ecocêntrica. (Ver Quadro 2)

QUADRO 2. GESTÃO TRADICIONAL VERSUS GESTÃO ECOCÊNTRICA

	Gestão Tradicional	Gestão Ecocêntrica
Objetivos	Crescimento econômico e lucros. Riqueza dos acionistas.	Sustentabilidade e qualidade de vida. Bem-estar do conjunto de <i>stakeholders</i> .
Valores	Antropocêntrico. Conhecimento racional, pronto para usar. Valores Patriarcais.	Biocêntrico ou ecocêntrico. Intuição e compreensão. Valores femininos pós-patriarcais.
Produtos	Desenhado para função, estilo e preço. Desperdício em embalagens.	Desenhado para o ambiente. Embalagens não agressivas ao ambiente.
Sistemas de Produção	Intensivo em energia e recursos. Eficiência técnica.	Baixo uso de energia e recursos. Eficiência ambiental.
Organização	Estrutura Hierárquica. Processo decisório autoritário. Autoridade Centralizada. Altos diferenciais de renda.	Estrutura não hierárquica. Processo decisório participativo. Autoridade descentralizada. Baixos diferenciais de renda.

CONTINUA...

Ambiente	Dominação sobre a natureza. Ambiente gerenciado como recurso. Poluição e refugo/lixo são externalidades.	Harmonia com a natureza. Recursos entendidos como estritamente finitos. Eliminação/gestão de poluição e refugo/lixo.
Funções de Negócio	Marketing: aumentar consumo. Finanças: maximizar lucros no curto prazo. Contabilidade: custos convencionais. Recursos Humanos: aumentar produtividade .	Marketing age para a educação do ato de consumo. Finanças atuam para o crescimento sustentável de longo prazo. Contabilidade focaliza os custos ambientais. Gestão de recursos humanos dedica-se a tornar o trabalho significativo e o ambiente seguro e saudável para o trabalho.

FONTE: SHRIVASTAVA, P. ECOCENTRIC MANAGEMENT FOR A RISK SOCIETY. *ACADEMY OF MANAGEMENT REVIEW*, v.20, n.1, p.131, 1995.

Para Tachizawa (2002), a responsabilidade socioambiental está relacionada ao conceito de efetividade, compreendido como o alcance de objetivos estratégicos do desenvolvimento socioeconômico, ou seja, uma organização torna-se efetiva quando mantém uma postura socialmente responsável. Sendo assim, o foco dos gestores deve ser dirigido para as mudanças organizacionais em que processos inteiros sejam racionalizados e simplificados. Isso representa mudar o foco, da produtividade para a *performance* e a eficácia organizacional.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E A QUESTÃO ESTRATÉGICA

A estratégia corporativa é a definição dos valores de uma empresa, expressos em objetivos financeiros e não financeiros. Baseia-se na identificação e construção ou aquisição das capacidades e recursos essenciais e resulta nas decisões sobre os setores em que a corporação atuará e sobre as formas de conexão entre as diferentes empresas. Esta estratégia determina como os recursos serão alocados a cada um dos negócios da empresa. (FENSTERSEIFER e GOMES, 1995; BRUNER et al, 1999)

Estratégias corporativas são formuladas pela alta administração para supervisionar interesses e operações de organizações compostas por mais de uma linha de negócios. Ao desenvolver objetivos de nível corporativo, as empresas precisam decidir onde desejam estar em oito áreas: mercado existente, inovação, produtividade, recursos físicos e financeiros, lucratividade, desempenho e desenvolvimento da administração, desempenho e atitudes

dos trabalhadores e responsabilidade pública. (STONER e FREEMAN, 1995; BRUNER et al,1999)

Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000) consideram que, devido aos diferentes significados e usos da estratégia nas organizações, é possível classificar o tema em dez visões diferenciadas sobre o conceito de estratégia:

- Estratégia como concepção: um modelo para adequação entre as capacidades internas e as possibilidades externas.
- Estratégia como plano: um guia formal de ação para o futuro;
- Estratégia como posição: uma análise sobre como obter vantagem competitiva pela localização de determinados produtos em determinados mercados ;
- Estratégia como visão: uma representação mental expressa na cabeça do líder empreendedor;
- Estratégia como cognição: um mapa resultante da observação ou interpretação do mundo;
- Estratégia como aprendizado: uma descrição baseada no que se aprende com o tempo;
- Estratégia como negociação: um guia de ação diante das relações de poder;
- Estratégia como cultura: uma maneira peculiar de uma organização agir, que a identifica e a diferencia das demais;
- Estratégia como contingência: uma reação à demanda do contexto externo;
- Estratégia como transformação: uma configuração de modelo para manter estabilidade durante a mudança.

Uma vez que as estratégias tenham sido formuladas, as pessoas de uma organização podem se voltar para as questões menos complexas e detalhes, concentrando suas forças para a consecução dos objetivos. Quando uma empresa articula sua estratégia ela decide qual direção deseja tomar e, assim, orienta o padrão de decisões subsequentes que expressem o comprometimento continuado na direção escolhida.

Conforme Slack, Chambers e Johnston (2002. p.87), decisões estratégicas possuem as seguintes características:

- Têm efeito abrangente na organização a qual a estratégia se refere;
- Definem a posição da organização relativamente a seu ambiente;
- Aproximam a empresa de seus objetivos de longo prazo.

A empresa que busca uma postura social e ambiental responsável se compromete em nível estratégico com as ações relativas a essa postura. Essas

ações por sua vez influenciarão a cultura da organização, sua imagem e posição no ambiente que está inserida.

Ashley (2001) sugere que a elaboração de orientações estratégicas quanto à incorporação da responsabilidade social nos negócios deve contemplar a empresa como uma rede de relacionamentos entre os *stakeholders* associados ao negócio. O conhecimento das expectativas mútuas nessa rede é condição essencial para a sustentação estratégica de uma empresa responsável.

O posicionamento estratégico de cada empresa está associado ao perfil cultural dos públicos que exercem poder sobre ela, e esse perfil se reflete na orientação quanto a sua responsabilidade social. Se uma empresa só considera prioritário, por exemplo, o seu desempenho econômico-financeiro, sua imagem quanto à responsabilidade social está no foco sobre suas relações com acionistas e agentes financeiros, e essas relações vão direcionar a política de relações da empresa com seus demais *stakeholders*.

Ressalta-se, aqui, a importância do equilíbrio nos focos de orientação dos seus *stakeholders* e o autoconhecimento da empresa para o seu posicionamento estratégico quanto à responsabilidade social nos negócios.

Na busca de auxílio para este autoconhecimento e para o delineamento estratégico das empresas para a responsabilidade social, a administração já dispõe de alguns modelos metodológicos testados, conforme pode ser visto a seguir.

INDICADORES DE RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Em pesquisa sobre indicadores de responsabilidade social corporativa, Rabelo e Silva (2011) identificaram os seguintes modelos:

1. *Global Reporting Initiative* (GRI): surgiu, em 1997, no âmbito de ação conjunta do CERES e do PNUMA, para desenvolver e disseminar diretrizes globais na elaboração de relatórios de sustentabilidade, para organizações que, voluntariamente, proponham-se a relatar as dimensões econômicas, sociais e ambientais de suas atividades.
2. *Global Compact*: Trata-se de um pacto global de responsabilidade, forjado no âmbito da ONU, em 1999, por meio de convite a empresas de todo o planeta para criar uma estrutura social e ambiental em apoio ao livre mercado e inserção dos indivíduos na economia global. Consiste numa plataforma baseada em valores para desenvolver o aprendizado institucional e discutir abertamente as práticas das empresas socialmente responsáveis.

3. Indicadores Ethos: desenvolvidos pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, a partir de 1998, para auxiliar as empresas a identificarem seu desempenho em práticas socialmente responsáveis, relativos às variáveis valores e transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, governo e sociedade.
4. Balanço Social IBASE: desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), em 1997, por meio de uma campanha de estímulo à divulgação voluntária do balanço social. Consiste em um demonstrativo anual para dar transparência às informações sobre as atividades da organização.
5. Indicadores de Hopkins: desenvolvidos por Hopkins (1997), a partir do modelo de Wood (1991), avalia os perfis de responsabilidade social das empresas em com base em nove variáveis analítico, com o propósito de fornecer uma base para efetuar a auditoria social de uma empresa e de contribuir para a constituição de um ranking comparativo entre as organizações, no que se refere à responsabilidade social.
6. Norma de Contabilidade Social 8000 (SA 8000): desenvolvida pela *Social AccountAbility International* (SAI), em 1997, consiste em um programa de certificação, com a finalidade de assegurar aos *stakeholders* a adoção de práticas adequadas de trabalho. A adesão requer a submissão à auditoria específica e à publicação de relatórios anuais com objetivos referentes ao programa e às ações para alcançá-los, com foco na avaliação das relações trabalhistas.
7. Contabilidade 1000 (AA 1000): “*Accountability 1000*” é um padrão, não certificável, criado pelo *Institute of Social and Ethical Accountability* (ISEA), a fim de motivar a gestão baseada na qualidade, ética e transparência, almejando a confiabilidade dos *stakeholders*. É elaborado com foco nas variáveis planejamento, levantamento de dados, auditoria, relatório, e integração com partes interessadas.

NOTAS FINAIS SOBRE ESTRATÉGIAS SOCIOAMBIENTAIS

Os investimentos em iniciativas de responsabilidade socioambiental são cada vez mais importantes como fator estratégico para competitividade no mercado. Embora os empreendimentos empresariais não sejam criados para realizar benfeitorias sociais, a interface do desenvolvimento econômico com os problemas ambientais e sociais dele decorrente, vem deflagrando demandas crescentes por iniciativas de responsabilidade para com a sociedade e o meio ambiente.

Há fortes evidências de que a exploração acelerada e desregrada de matérias-primas naturais vem conduzindo as fontes não renováveis ao esgotamento dos recursos naturais, em prazos mensuráveis. Sustentabilidade, práticas empresariais sustentáveis e produção mais limpa, tornaram-se palavras chave nos atuais debates sobre o futuro do planeta e das gerações vindouras. Do ponto de vista social, as pressões para o posicionamento ético das organizações, em prol da justiça social e a qualidade de vida das pessoas são ainda maiores, tanto no ambiente interno quanto externo das organizações.

O conceito de sustentabilidade, tão enfatizado hoje no mundo dos negócios, apoia-se em pelo menos três pilares básicos: desenvolvimento social, responsabilidade ambiental e viabilidade econômica. Negócios deficientes nas finanças, nas estratégias e na gestão, jamais serão negócios socialmente responsáveis no longo prazo. Não gerarão nem manterão empregos, nem tampouco contribuirão para gerar ou aumentar a renda na sociedade. Ficarão impossibilitados de participar de qualquer iniciativa de investimento social privado e, portanto, não contribuirão para o desenvolvimento das comunidades ou do país. As iniciativas de responsabilidade social empresarial se tornam inviáveis quando o negócio vai mal.

Os estudos sobre as práticas administrativas de responsabilidade socioambiental empresarial mostram que os investimentos em atividades comunitárias e ambientais, apesar dos custos de curto prazo envolvidos, possibilitam lucros de longo prazo através dos ganhos com valorização da marca e da imagem. As práticas empresariais responsáveis da “empresa cidadã”, de transformar iniciativas consideradas não essenciais, do ponto de vista econômico, em ganhos financeiros e mercadológicos reais, conferem vantagens competitivas num cenário global de incertezas crescentes.

Monitorar resultados costuma ser determinante para a credibilidade e a consequente continuidade de qualquer empreendimento. No caso das ações sociais e de preservação do meio ambiente isso se traduz em credibilidade, que é essencial para captar novos recursos e estabelecer parcerias vantajosas duradouras.

Do ponto de vista da inserção global dos empreendimentos, novos ou consolidados, fundamental em termos de sustentabilidade é o compartilhamento tecnológico e a inovação, que podem trazer novas soluções para problemas não resolvidos. Do ponto de vista da ação local, a sustentabilidade está diretamente relacionada à participação nos fóruns de decisões de interesse comunitário e nas estruturas colegiadas da gestão pública participativa, onde os interesses coletivos são ordenados.

REFERÊNCIAS

ASHLEY, Patrícia A. (coord.) *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BARBOSA, L. **Igualdade e meritocracia**: a ética do desempenho das sociedades modernas. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

BRUNER, R.F. et al, **MBA**: Curso Prático. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

DRUCKER, P. F. **Fator humano e desempenho**: o melhor de Peter F. Drucker sobre administração. São Paulo: Pioneira, 1981.

DRUCKER, P. F. **O melhor de Peter Drucker**. São Paulo: Nobel, 2001.

DUARTE, G. D.; DIAS J. M. **Responsabilidade social**: a empresa hoje. São Paulo: LTC, 1986.

FENSTERSEIFER, J. E.; GOMES, J. A. Estratégias de produção na indústria calçadista: análise do best-practice. In: FENSTERSEIFER, J. E. (Org.). **O complexo calçadista em perspectiva**: tecnologia e competitividade. Porto Alegre: Ortiz, 1995.

GALBRAITH, Jay; LAWLER III, E.F. **Organizando para competir no futuro**. São Paulo: Makron, 1995.

GONÇALVES, Aguinaldo; DESIDERIO, Andréa; GUTIERREZ, Gustavo L. A responsabilidade social das empresas. In: **Org & Demo**, v.7, n.1/2, p.135-152, 2006. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/396/296>

GREEN GAUGE. **Organic buying, other behaviors have gone mainstream**. (Press Release) New York: GfK, 2012.

HERTZ, N. **The Silent takeover**. Londres: Freepress, 2001.

HOPKINS, Michael. Defining indicators to assess socially responsible enterprises. In: **Futures**, v.29, n.7, p.581-603, 1997. Disponível em: <http://linkinghub.elsevier.com/retrieve/pii/S0016328797000347?showall=true>. Acesso em: jul/2014.

INCISA, Ludovico. Industrialização. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, v.1. 9 ed. Brasília: UNB, 1997. (p.626-631)

KON, Anita. Responsabilidade social das empresas como instrumento para o desenvolvimento: a função da política pública. **PPP - Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n.41, p.45-88, 2013. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/234/309>. Acesso em: jul/2014.

MELO NETO, F. P.; FRÓES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial**: a administração do terceiro setor. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MINTZBERG, H.; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégias**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.

ORCHIS, Marcelo A.; YUNG, Maurício T.; MORALES, Santiago C. Impactos da responsabilidade social nos objetivos e estratégias empresariais. In: ETHOS. **Responsabilidade social das empresas**: a contribuição das universidades. São Paulo: Peirópolis, 2002.

RABELO, Nathália S.; SILVA, Carlos E. Modelos de indicadores de responsabilidade socioambiental corporativa **Revista Brasileira de Administração Científica**, Aquidabã, v.2, n.1, p.5-30, 2011. Disponível em: <http://sustenere.co/journals/index.php/rbadm/article/view/ESS2179-684X.2011.001.0001>. Acesso em: fev/2015.

REGONINI, Gloria. Estado do bem-estar. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**, v.1. 9 ed. Brasília: UNB, 1997. (p.416-419)

SHELDON, Oliver. **The philosophy of management**. London: Isaac Pitman, 1923. Disponível em: <http://www.unz.org/Pub/SheldonOliver-1923>. Acesso em: mar/2015.

SHRIVASTAVA, P. Ecocentric management for a risk society. **Academy of Management Review**, v.20, n.1, p.131, 1995.

SLACK, N., CHAMBERS, S., JOHNSTON, R. Administração da Produção. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

STONER, J. A. F; FREEMAN, R. E. **Administração**. 5 ed. São Paulo: Prentice-Hall, 1995.

TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.

WOOD, Donna. J. Corporate social performance revisited. **Academy of Management Review**. v.16, n.4, 1991.



CONSIDERAÇÕES FINAIS: SOBRE O EMPREENDEDORISMO SOCIOAMBIENTAL

Carlos Alberto Marçal Gonzaga

“A inovação consiste na busca deliberada e organizada de mudanças e na análise sistemática das oportunidades que tais mudanças oferecem para a inovação econômica ou social.”

PETER DRUCKER

As políticas econômicas da década de 1990 foram marcadas pelo que ficou conhecido como Consenso de Washington, termo proposto por Williamson (1990), para designar um conjunto prescritivo de 10 políticas macroeconômicas para a América Latina, baseadas em três princípios: disciplina macroeconômica, economia de mercado e abertura de mercado. A proposição passou a ser identificada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, rotulada de neoliberal e responsabilizada por alguns problemas socioeconômicos no processo de globalização da economia mundial. De acordo com Naím (2000), e do próprio Williamson (2002), o termo Consenso de Washington foi mal interpretado, pois tratava-se de recomendações de política macroeconômica para a América Latina, onde vários países enfrentavam alta inflação, estatização econômica e políticas industriais voltadas à substituição das importações. No entanto, considerou-se que a prescrição destinava-se a

todos os países não desenvolvidos. O período coincide com a queda do Muro de Berlin, colapso da União Soviética e desencanto generalizado com o socialismo, o que criou a demanda por um conjunto alternativo de diretrizes sobre como organizar a economia e a vida política. Devido a isso, as recomendações para a América Latina foram consideradas como um receituário global. (NAÍM, 2000)

Com a descrença no Consenso de Washington, a industrialização e o empreendedorismo vêm sendo reconhecidos como as iniciativas primordiais para proporcionar crescimento econômico, empregos e estrutura econômica, capazes de contribuir para a erradicação da pobreza e da melhoria da qualidade de vida. Por isso, os empreendimentos precisam estar em conformidade com as normas e os princípios éticos da sociedade onde atuam, pois, de acordo com Brubaker e Thompson (2013, p.13), a “[...] conformidade é uma estratégia de curto prazo com consequências de longo prazo”. A tendência é de que um número crescente de *stakeholders* já não se satisfaçam apenas com os processos de conformidade do empreendimento, o que torna necessária a adoção de estratégias de sustentabilidade socioambiental que ultrapassem as exigências legais mínimas. Nesse processo, as três variáveis fundamentais a serem consideradas são o meio ambiente (especialmente nos aspectos locais), a governança e o local de trabalho (a que se recomendam transparência e preparo para a escalada do rigor legal nas leis trabalhistas e ambientais).

Para ir além da estratégia de conformidade, Brubaker e Thompson (2013) afirmam que o empreendedor, ao tomar consciência dos riscos, deve liderar seu empreendimento ao engajamento pela sustentabilidade, a fim de adquirir capacidade organizacional para reduzir a exposição aos riscos ou preparar-se para as oportunidades que os riscos engendram. Tal processo não consiste nem em voluntarismo nem em filantropia, mas em compreensão dos valores organizacionais, pela conquista da confiança dos clientes. Como acréscimo, isso tende a estimular o caminho da inovação e da ética.

Sobre a ética da inovação, Fagian e Fabricant (2014) propõem quatro princípios para avaliar a questão: Inovação é humanística; não hierárquica; participatória e sustentável. O ideal é que, durante a solução de problemas de produção ou prestação de serviços, busquem-se mudanças sistêmicas de interesse comunitário, que ultrapassem os interesses particulares e locais.

Quanto às comunidades desfavorecidas economicamente, Gupta (2013) propõe que se considere o potencial de ideias, inovação e arranjos institucionais com os quais tais pessoas podem contribuir, ao invés de tratá-las apenas como consumidores de recursos públicos em assistência social. A proposta de Gupta (2013) é baseada no conceito de “inovação de base” (*grassroots innovation*), em que é necessário entender e reconceitualizar as interfaces entre o capital intelectual, o capital natural, o capital social e o capital ético.

Drucker (1986) costumava repetir que empreender é transferir recursos econômicos de um setor com baixa produtividade para um setor com alto rendimento. Isto se aproxima do conceito que propunha para a inovação, que consistiria na habilidade de transformar um recurso existente numa fonte de renda. Segundo o autor, isso não ocorre de forma espontânea, mas resulta da busca sistemática, deliberada e organizada por mudanças e suas oportunidades.

O empreendedorismo pressupõe a inovação, e a inovação empreendedora pressupõe a responsabilidade socioambiental.

O empreendedorismo social tem seu foco numa dimensão que considera as oportunidades de inovação para atividades sem fins lucrativos, embora atividades lucrativas com objetivos sociais também sejam consideradas, além de organizações híbridas que combinam elementos lucrativos e não lucrativos.

Os empreendedores, em geral, conforme relata Dees (2001), comportam-se como que guiados por uma atitude mental direcionada para as oportunidades relativas a qualquer tipo de mudanças no ambiente socioeconômico, com primazia diante dos problemas. Para Stevenson e Jarillo (1990), os empreendedores detectam e perseguem oportunidades que, normalmente, passam despercebidas a outros gestores, sem se deixar limitar pela insuficiência de seus próprios recursos iniciais. Portanto, são pessoas que ultrapassam seus limites, mobilizando recursos de terceiros.

De acordo com Dees (2001), os empreendedores sociais tem seu foco, explicitamente, direcionado para a missão social do empreendimento. Portanto, o critério central de avaliação das oportunidades é o impacto referenciado na missão, medindo a criação de valor social. No entanto, Dees (2001) alerta para a dificuldade do trabalho do empreendedor social, ao indicar a complexidade inerente à tarefa de medir o valor social de um empreendimento, como, por exemplo, estimar o valor social pela redução da poluição num determinado rio ou por salvar da extinção uma espécie de animal.

Considerando que o empreendedor social é um agente de mudança na sociedade, uma síntese do desempenho dos empreendedores sociais é apresentada por Dees (2001) como sendo:

- Assumir a missão de criar e manter valor social;
- Reconhecer e buscar novas oportunidades relacionadas à missão assumida;
- Inovar, aprender e adaptar-se continuamente;
- Ousar sem limitar-se pelos recursos disponíveis no presente; e
- Submeter com transparência os resultados ao controle dos *stakeholders*.

Baseando a análise na perspectiva do desenvolvimento, Dees (2012) afirma que os benefícios potenciais do empreendedorismo social se enquadram em três categorias:

1. Teste de soluções inovadoras: os empreendedores sociais apresentam um portfólio de soluções potenciais aos problemas do desenvolvimento, que podem ser analisados e testados em pequena escala, com baixo custo e flexibilidade, para identificar os que são eficazes, antes de aplicações em larga escala.
2. Alavancagem de recursos: numa conjuntura de recursos públicos escassos, os empreendedores sociais podem contribuir com um modo de pensar da iniciativa privada, considerando soluções a custos reduzidos, que podem atrair capital privado para alavancar os investimentos públicos.
3. Reforço da capacidade adaptativa: o desenvolvimento pode ser considerado como a construção da capacidade de adaptação de uma sociedade. Os empreendedores sociais são os agentes que ajudam a sociedade a se adaptar, porque se permitem a liberdade para experimentar as soluções alternativas, em ações descentralizadas .

A educação empreendedora, portanto, precisa ser direcionada para ensinar o aluno a aprender, a ser sujeito de seu destino, a identificar sua missão de vida, de forma proativa, como uma prática empreendedora em si mesma.

REFERÊNCIAS

BRUBAKER, Richard; THOMPSON, Mike J. Beyond corporate social responsibility. In: **Making It**, n.15, p.12-15, 2013. Disponível em: <http://issuu.com/makingit/docs/makingit-15-web>. Acesso em: ago/2014.

DEES, J. Gregory. **The Meaning of “Social Entrepreneurship**. Durham, NC, 2001. (The Duke Innovation and Entrepreneurship Initiative) Duke University. Disponível em: <https://entrepreneurship.duke.edu/news-item/the-meaning-of-social-entrepreneurship>. Acesso em: nov/2015.

DEES, J. Gregory. Learning Laboratory. **Finance & Development**, v.49, n.4, p.14-17, 2012, Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2012/12/pdf/fd1212.pdf>. Acesso em: nov/2015.

DRUCKER, Peter F. Inovação e espírito empreendedor. São Paulo: Pioneira, 1986.

FAGIAN, Christopher; FABRICANT, Robert. The Ethics of Innovation. In: Stanford Social Innovation **Review**, 05/08/2014. Disponível em: http://www.ssireview.org/blog/entry/the_ethics_of_innovation#comments. Acesso em: ago/2014.

GUPTA, Anil K. Tapping the entrepreneurial potential of grassroots innovation. In: Stanford Social **Innovation Review**, v.11, n.3, 2013. Disponível em: http://www.ssireview.org/articles/entry/tapping_the_entrepreneurial_potential_of_grassroots_innovation. Acesso em: ago/2014.

STEVENSON, Howard H.; JARILLO, J. Carlos. A paradigm of entrepreneurship: entrepreneurial management. **Strategic Management Journal**, v.11, n.Special: Corporate Entrepreneurship, p.17-27, 1990. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2486667>. Acesso em: out/2015.

